



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 069

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 069

66ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 08

Dep. Mário Roque 10

Dep. Caíto Quintana 12

Dep. Elio Rusch 13

Dep. Fernando Scanavaca 14

Grande Expediente:

Dep. Luiz Carlos Martins 15

Dep. Chico Noroeste 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 09

Liderança do Democratas

Dep. Elio Rusch 13

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

Redação Final 20

3ª Discussão 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 22

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão: 27

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 28

Diretoria Geral

Portarias 28

Ata de Comissões

Finanças 28

Presidência

Indicações Legislativas 30

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer 38

Diretoria Geral

Contrato 38

DIÁRIO Nº 069

66ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

24 DE JUNHO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Tadeu Veneri e Teruo Kato.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Clei-

ton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio e Ney Leprevost (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 2116/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que solicita esclarecimentos sobre o plano de sucessão proposto aos funcionários da COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1359/09 do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre o chamamento público para pré-qualificação ao credenciamento 01/09, para a escolha de emissoras de televisão. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 775/09

SÚMULA:

Propõe a doação de ônibus usado para a Associação Despertando Estrelas, no Município de Piên.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e à Secretaria Estadual da Educação, Yvelise Arco-Verde:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado e a Secretaria Estadual da Educação, reivindicando o que segue:

1 - Doação de ônibus usado para a Associação Despertando Estrelas, com sede em Trigolândia, Município de Piên, para utilização no transporte diário e viagens culturais e esportivas da entidade.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) FRANCISCO BÜHLER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Despertando Estrelas tem como objetivo principal a retirada de crianças e adolescentes da rua e consequentemente do caminho das drogas, ocupando o tempo ocioso com atividades culturais, esportivas e artesanais, ou seja, proporcionar a elas novas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, em parceria com o Poder Público e a iniciativa privada, contando, para tanto, com a colaboração de 55 voluntários as famílias da sociedade.

A sociedade pienense vem acompanhando passo a passo o desenvolvimento deste projeto e sua atuação que já atende 375 crianças, com a realização de 21 oficinas, incluindo futebol de campo, culinária, crochê, corte e costura, bordado ponto russo, bordado ponto cruz, traçado de fita, boneca de pano, informática, manicure, fuxico, decoupage, biscoito, pintura em tecido e artesanato.

Atualmente, um dos principais problemas que tem causado a ausência dos alunos das atividades da entidade é a falta de um ônibus para o transporte dos mesmos, qual também seria usado para viagens em competições esportivas e culturais. A entidade tem como princípio que a educação é o caminho para tornar as pessoas mais capacitadas e consequentemente alcançar um futuro mais promissor, sendo para as classes menos favorecidas o único meio de alcançar esses objetivos.

Como o Governo do Estado acaba de adquirir 1 mil e 100 ônibus escolares e estes veículos estão sendo distribuídos para todos os Municípios com população abaixo de 100 mil habitantes, esta renovação de frota certamente irá provocar a interrupção da circulação de muitos veículos e aquilo que deixará de ser utilizado no transporte escolar poderá ser de grande valia para a entidade, dada as razoáveis condições de parte da frota em uso.

Desta forma e pelas razões expostas, considerando que nossa solicitação seja observada como justa e necessária, rogamos ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria Estadual da Educação que dispense a melhor atenção a esta reivindicação que parte de uma entidade séria, já com larga folha de serviços prestados à comunidade de Piên. O atendimento de tal reivindicação só viria a fortalecer ainda mais a entidade.

INDICAÇÃO Nº 776/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma cobertura na Feira dos Produtores.

O Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma cobertura na Feira dos Produtores que fica localizado ao lado do Estádio Willian Davis no Município de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Maringá.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 777/09

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Palmeira.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja proposto ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Município de Palmeira necessita deste benefício, devido possuir uma população com baixo poder aquisitivo. Sendo que em algumas situações as famílias não possuem condições para custear materiais didáticos aos jovens e as crianças.

Tal Solicitação justifica-se, tendo em vista o aprimoramento cultural que proporcionará à comunidade.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, trazendo conhecimento e promovendo cidadania ao referido Município.

INDICAÇÃO Nº 778/09

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Ivaí.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja proposto ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Exma. Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi

Augusto, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O município de Ivaí necessita deste benefício, devido possuir uma população com baixo poder aquisitivo. Sendo que em algumas situações as famílias não possuem condições para custear materiais didáticos aos jovens e as crianças.

Tal Solicitação justifica-se, tendo em vista o aprimoramento cultural que proporcionará à comunidade.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, trazendo conhecimento e promovendo cidadania ao referido Município.

INDICAÇÃO Nº 779/09

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Matinhos.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja proposto ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e a Secretaria de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O município de Matinhos necessita deste benefício, devido possuir uma população com baixo poder aquisitivo. Sendo que em algumas situações as famílias não possuem condições para custear materiais didáticos aos jovens e as crianças.

Tal Solicitação justifica-se, tendo em vista o aprimoramento cultural que proporcionará à comunidade.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, trazendo conhecimento e promovendo cidadania ao referido Município.

INDICAÇÃO Nº 780/09

SÚMULA:

Sugere o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apreensão, para a incineração de drogas apreendidas, armazenando o necessário para elaboração de prova.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apreensão, para a incineração de drogas apreendidas, armazenando o necessário para elaboração de prova.

II - A incineração será feita pela Polícia Judiciária competente com a presença do representante do Ministério Público.

III - A presente indicação tem por objetivo estipular prazo para a incineração de drogas apreendidas pela polícia, sem prejudicar o devido processo legal. Desta forma, as drogas apreendidas devem ser destruídas no prazo máximo de 30 dias após o recolhimento, evitando, assim, uma possível atuação de criminosos que podem dar outra destinação ao produto ilícito que, algumas vezes, fica armazenado durante um longo período facilitando esse desvio de destino.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões de 22 e 23/06/09, devido reuniões nos diretórios municipais do Democratas no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 3118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o pagamento de 02 (duas) diárias para que eu possa representar esta Casa de Leis na posse da nova Diretoria da AGECEF-PR - Associação dos Gerentes da Caixa Econômica do Estado do Paraná, no dia 27 de junho do corrente, na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 416/07 e 185/08, que dispõe sobre o asfalto ecológico.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário o desarquivamento do Projeto de Lei nº 181/07, que dispõe sobre a licença maternidade (seis meses).

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(aa) RENI PEREIRA

ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Vitor Szumeczuk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Rosalina Paloma Vivente, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Milton Weigert, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Marcio Shamne, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Liceu Fernandes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário

rio REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Edi Alves dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Ana de Andrade Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Anjelo Censi, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Artur Ferreira Neves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Dario Ribeiro Leite, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Eunidia Strak Wiechietek, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o

douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Jandir Stobe, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Jaroslau Derkacz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, voto de pesar pelo falecimento de João Arlindo Carneiro da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 21 de junho em Maringá, do jovem Cláudio José de Oliveira, lutador de Jiu-Jitsu medalha de prata no mundial de 2007 e ouro em 2008.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 3123

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja enviado voto de congratulações à jovem de 32 anos, Taís Akemi Dallai Oshita, pelo troféu conquistado no quarto lugar no 26º World Championship de Fisiculturismo, realizado na Eslováquia.

Desejamos à mesma que conquiste muitas vitórias.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3124

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Hospital Erasto Gaertner, pela conquista do certificado de Acreditação Plena da Organização Nacional de Acreditação Hospitalar (ONA)

Este certificado coloca o hospital como único do sul do País a obter este nível de qualidade.

A atuação do hospital é exemplo de respeito à comunidade e merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3105

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Marcos Traad, Diretor do Departamento de Zoológico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Marcos Traad, possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1983), mestrado em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Paraná (1966) e doutorado em Processos Biotecnológicos pela Universidade Federal do Paraná (2005). Atualmente é Diretor do Departamento de Zoológico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba. É pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). É membro do Conselho Editorial da Revista Acadêmica: Ciências Agrárias e Ambientais (PUCPR) e do Journal of Natural Remedies. Tem experiência na área de Zootecnia, com ênfase em Produção Animal, atuando principalmente nos seguintes temas: produção animal, búfalo, zootecnia, desempenho animal e desenvolvimento da agricultura. Tem ainda experiência em Administração Pública e liderança de equipes multidisciplinares.

REQUERIMENTO Nº 3115

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação dos Jogadores de Xadrez de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação dos Jogadores de Xadrez de São José dos Pinhais, que incentiva a prática do xadrez através de torneios e da iniciação para pessoas interessadas no aprendizado deste jogo de tabuleiro de natureza recreativa e competitiva, tornando-o cada vez mais popular, formando novos enxadristas e cativando os já praticantes, o incentivo proporcionado pela entidade é

louvável por prestigiar um dos esportes mais antigos da humanidade, com características de arte e ciência.

REQUERIMENTO Nº 3116

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Maria de Fátima Jenczmionki.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Maria de Fátima Jenczmionki, pela posse como presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irati, primeira mulher a assumir a presidência em 63 anos de existência da entidade, para continuar os trabalhos que vem realizando desde a sua associação, tendo ajudado na construção da nova sede, mantendo-a forte e com grande representatividade, baseando-se na serenidade, na ética e na valorização de seus filiados, doa seu tempo e seu conhecimento para o engrandecimento da instituição, aprimorando o sistema associativo, como forma de fortalecer o grupo que representa.

REQUERIMENTO Nº 3117

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações pela eleição da Chapa Modernidade e Tradição do Graciosa Country Club.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem pela eleição da Chapa Modernidade e Tradição do Graciosa Country Club, nas pessoas do presidente Sr. Tobias de Macedo, do vice-presidente Sr. Nelson Luiz Velloso Filho, do vice-presidente administrativo Sr. José Eduardo Moraes Sarmento, do vice-presidente financeiro Sr. Guilherme J. Teixeira de Freitas e dos membros do conselho deliberativo, Sr. Adel Amado Bark, Sr. André Dinis Affonso da Costa, Sr. Armando Machado da Silva, Sr. Augusto Soares Molinari, Sr. Carlos Alberto Santos Pinto, Sr. Cássio Fernando de B. Prestes, Sr. Cláudio Roth, Sra. Cristiane Canet Mocellin, Sr. Edson José Ramon, Sr. Francisco Braz Neto, Sr. Freddy Jacques S. Lima Kessling, Sr. Germano Ferraz Paciornik, Sr. Geversson Anselmo Pilati, Sr. Gilberto Guimarães Monastier, Sra. Helena Pereira Oliveira, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, Sr. Jonel Chede Filho, Sr. José Aristeu Pereira Neto, Sr. José Candido Muricy, Sr. Luiz César Mansur Buffara, Sr. Luiz Roberto Pinho Borges, Sr. Manuel Fernandes Maia Junior, Sr. Marco Antonio Peixoto, Sr. Miguel Carlos Riella, Sr. Newton Bufrem, Sr. Oilson Centa Negrelle, Sr. Pedro Ludovico Demeterco, Sr. Plínio Eduardo Tiemann de Andrade, Sr. Renato Valente Almeida, Sr. Ricardo Alessandrini Amaral, Sr. Roberto Damiani Cardoso, Sr. Roberto Demeterco, Sr.

Roberval Kugler Mendes, Sr. Sergio José Ferreira de Souza, Sr. Silvio Luhm, que primam pela excelência nos serviços prestados e na manutenção das dependências, buscando o fortalecimento junto aos sócios, do sentimento de orgulho em ser graciosano, com uma administração voltada para o futuro respeitando seus 80 anos de história e tradição, conservando o equilíbrio na valorização e ampliação do patrimônio físico, mantendo a qualidade e o alto padrão de atendimento aos associados.

REQUERIMENTO Nº 3119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja aprovada moção de apoio a Câmara dos Deputados à apresentação de projeto de lei que regulamentará a profissão de jornalista no Brasil.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Jonas Guimarães, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Elton Welter, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 3108

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente ao Sr. Dr. Ministro Cesar Asfor Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, manifestando-se contra a decisão exarada no dia 17/06/09 da Quinta Turma do STJ que qualificou “Cliente ocasional de prostituta menor não viola artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente”, considerando que não há crime porque não foram os aliciadores que iniciaram as atividades sexuais das garotas, abrindo desta forma, precedente para a impunidade ao abuso sexual infanto-juvenil no Brasil.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 319/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o inciso VII ao artigo 1º da Lei nº 14743, de 15/05/05, alterada pela Lei nº 15492, de 09/05/07 com a seguinte redação:

“VII - em terminais de transporte coletivo urbano e rodoviário.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, que tem por objetivo proibir o fumo em terminais de ônibus, urbanos e rodoviários. A proposta em tela procura preservar os fumantes passivos, que são expostos enquanto esperam seu transporte, da ação maléfica do fumo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

Pequeno Expediente:

Passa-se ao Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro Deputado inscrito, Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, Deputado Nelson Justus, Deputado Teruo Kato, nobres colegas e paranaenses que nos dão a honra de acompanhar os trabalhos desta Casa, através da Rede MERCOSUL de televisão e também através da TV SINAL.

Graças as transmissões desses dois canais de TV, é que os paranaenses vendo o endereço postal de cada Parlamentar enviam e-mail com críticas, ideias, contribuições, sugestões para o trabalho Parlamentar de cada um que está nessa Casa, porque aqui estamos graças ao carinho, a generosidade do povo que nos elegeu para a função de Deputado Estadual. Então, tudo devemos a Deus e ao nosso povo porque sem o povo não estaríamos aqui, muito obrigado as pessoas que têm nos enviado e-mail, isso contribui muito para o nosso Parlamentar.

Tenho aqui do Ministério Público do Trabalho e eminente Procuradora do Trabalho, Margarete Matos de Carvalho, mulher muito atuante fazendo uma convocação sobre o Fórum do Lixo e Cidadania do Paraná, dia 2 de julho. Essa Procuradora é uma mulher que merece os parabéns porque é efetivamente uma mulher dinâmica.

Tem o do CREA do Paraná, a diretora do CREA comandada pelo engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Júnior, também é uma diretoria que merece nosso destaque, porque o CREA está indo de encontro aos paranaenses em todas as regiões do Paraná promovendo inclusive agenda parlamentar. Tem aqui uma programação em várias Cidades chaves do Paraná nesse encontro que vai até o dia 3 de julho, com a discussão de melhorias e propostas de políticas públicas para os Municípios paranaenses, desenvolvidas por profissionais de engenharia, arquitetura, economia, geociências e entidades de classe.

Tem Prefeito, que é Prefeito de Cidade tão pobre que não tem condições de desenvolver um trabalho diagnóstico, um estudo, uma avaliação, buscar soluções, alternativas para o problema da Cidade que ele adminis-

tra. Então, o Dr. Cabrini e a diretoria do CREA, estão de parabéns porque estão indo ao interior exatamente, para discutir na fonte onde está o problema qual é o caminho no sentido de proporcionar desenvolvimento e qualidade de vida para a comunidade.

De parabéns os funcionários do HSBC de Londrina, onde sou cliente, é o único banco onde tenho a minha conta corrente, estou dando os parabéns aos funcionários do HSBC porque hoje em Londrina eles cruzaram os braços em solidariedade porque esse HSBC que não é banco brasileiro, é um dos maiores bancos do mundo, em vez de contribuir com o nosso Brasil parece que os donos só querem pegar o dinheiro do Brasil e levar para outros canto. É talvez até uma incoerência falar isso como cliente do banco, mas eu sou um cliente modesto, pequenino.

Então, o HSBC, nesse momento não deveria estar demitindo funcionários não, por que o HSBC, Banco Itaú, Banco Bradesco, esses bancos grandes o lucro deles a cada quatro meses é lucro de bilhões para cima. Não é milhões, não. E na primeira fumaça de crise, eles passam o facão e degolam os seus funcionários.

Então hoje há uma greve no HSBC, em Londrina. Estou solidário com a classe trabalhadora. Como estamos solidários também com os nossos vigilantes do Paraná, que estão talvez até tomando calmante para dormir, com medo de perder o emprego. Porque esse projeto que o Requião mandou para cá e que vou votar contra, esse projeto do Requião que quer acabar com o emprego de 6 mil 500 vigilantes. Quase 7 mil vigilantes, que hoje trabalham fazendo a guarda nos prédios públicos.

O Governador Requião em nome do bom senso, em nome da humanidade, deveria mandar retirar esse projeto aqui e nunca mais falar em provocar uma demissão. Meu Deus do Céu! São 30 mil pessoas, porque o vigilante muitas vezes sustenta o pai, outro sustenta a esposa, dois, três, quatro filhos, da uma média de 30 mil pessoas. O Requião quer tirar o emprego do vigilante, para colocar policial que já está aposentado que está na reserva, remunerar para tomar o lugar do vigilante. Não é correta, não é humana, essa medida do Requião.

Como também os funcionários do HSBC estão corretos em fazer greve em solidariedade aos demitidos. Como também queremos expressar a nossa solidariedade aos funcionários da Bosch. Esses empresários parece que os corações deles não têm nada de sensibilidade. Parece que é um coração de aço. Eles não estão nem aí com o problema social. A Bosch de maneira também desumana aprontando com o nosso País, colocou no olho da rua aqui 900 trabalhadores, meu Deus do Céu, aqui no nosso Paraná. É lamentável a falta de colaboração, de solidariedade e de bom entendimento por parte dos grandes empresários. Grandes na potência, pequenos na grandeza de alma, na falta de respeito com seus trabalhadores.

Tenho uma posição porque em Londrina, a Prefeitura está querendo aumentar a passagem do ônibus, do transporte coletivo. Me manifestei contrário a esse

aumento, por que o petróleo está abaixando na PETROBRAS. A gasolina está sendo vendida mais barato na PETROBRAS. O óleo diesel, então por que aumentar a passagem de ônibus agora. Não tem que aumentar nada, porque a passagem de ônibus em Londrina está num preço que considero bastante alto, judiando muito de quem usa ônibus como meio de transporte como meio de locomoção ao trabalho, ao estudo, ou até mesmo ao lazer. Diante da nossa posição contra o aumento da passagem de ônibus em Londrina, tenho aqui do Sr. Roberto Pereira dizendo o seguinte: *Belinati, lute pelo povo!*

É que está faltando gente para lutar pelo povo.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

A notícia boa é que o INSS - alô quem está para se aposentar! Infelizmente o Governo continua roubando o dinheiro dos aposentados. Roubando, batendo a carreira dos aposentados.

Batendo a carteira que eu digo, por que você se aposenta com cinco salários-mínimos, daqui a alguns anos cai para quatro salários, cai para três e meio, se a pessoa viver por muito tempo vai chegar o tempo que o INSS vai comunicar para o aposentado, que não vai receber nada. Vai ter que mandar dinheiro para a Previdência Social, porque os batedores de carteira dos aposentados, que é o próprio Governo. Isso é uma prática que vem sendo adotada há muitos anos. Cada dois, três, quatro aumentos, eles vão achatando e metendo a mão no dinheirinho do aposentado. Isso está errado. Isso é uma cretinice. É uma safadeza, uma desumanidade, um desrespeito a quem trabalhou 25, 30, 35 anos. Tem gente que trabalhou mais de 40 anos e na hora de se aposentar pagou sobre o salário - se aposenta com salário e o Governo vai batendo a carteira e vai tirando de pouquinho, pouquinho e a aposentadoria vai ficando cada vez menor.

Agora o INSS tem uma coisa boa, vão continuar batendo a carteira do aposentado, mas agora quem vai se aposentar o INSS vai avisar por carta quem estiver próximo da aposentadoria.

Aqui a pessoa casa e se quiser divorciar tem que esperar dois anos.

Outro dia em Ribeirão Preto, um casal com festa na igreja, banquete, 48 horas depois o casal entrou com um pedido de separação na Justiça. O marido alegando que não conhecia direito a noiva. Em dois dias descobriu que ela era muito autoritária, ciumenta e pediu a separação e a Justiça negou. Mas, agora, a Câmara dos Deputados aprovou o seguinte: casal casa e se quiser pode se separar no dia seguinte. Não vai ter que esperar mais dois anos que era o prazo estabelecido pela lei que institui o divórcio no Brasil. A Igreja Católica CNBB já está dando um pau nessa PEC do Divórcio.

Recebo da ilustre Vereadora Sandra Graça, uma manifestação em um e-mail sobre um projeto que apre-

sentei, o Deputado Luciano também apresentou, o Requião pegou carona no nosso projeto da licença maternidade passou para seis meses.

Recebo da ilustre Vereadora, que tem trabalhador tanto pela inclusão dos portadores e portadoras de deficiência. Uma mulher competente, digna.

Diz aqui: *Parabéns Deputado Belinati, atitudes como essa demonstram a sua sensibilidade e ratificam ainda mais o seu compromisso conosco. Que todas as mulheres possam usufruir com maestria, essa oportunidade ímpar de acalantar nos braços até os seis meses de idade o seu filho, conciliando se possível à mamentação, um dom divino que recebemos do Criador.*

Parabéns e meu fraternal abraço a Vereadora Sandra e a nossa homenagem ao trabalho muito competente e honrado que ela realiza na Câmara.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado só questão de justiça, outro dia o senhor falou sobre esse projeto de sua autoria e eu fui consultar a CCJ, porque demorou tanto esse projeto seu relacionado as gestantes - a informação que obtive da CCJ e o Presidente está aqui nesse momento, Deputado Durval Amaral. Segundo a informação que me foi passado, o seu projeto está arquivado na CCJ.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado o importante, é a gente trazer o assunto para debate. Até o Requião vem e pega uma carona e apresenta a matéria semelhante. Não podemos apresentar nenhuma matéria que envolva impacto financeiro, mas o Requião plagueia. Se tivesse algum tipo de multa aqui para quem plagueia idéia de Deputado, o Requião teria que arcar com uma indenização grande.

O importante é que a gente possa aprovar esse benefício, para que a mãe possa ficar seis meses amamentando o filho.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Belinati, quero lhe cumprimentar, cheguei atrasado na Sessão de segunda-feira, queria fazer um encaminhamento de um requerimento de minha autoria, pedindo justamente a anexação do seu projeto de 2007 aos dois projetos do Poder Executivo. E foi aprovado por unanimidade, reconhecendo sua autoria e sua iniciativa há mais de dois anos atrás em conceder este benefício.

Então, tenho certeza de que este Plenário vai aprovar por unanimidade esta mensagem. Mas, a mensagem veio do Executivo corrigindo qualquer vício de origem, mas a partir da aprovação na segunda-feira, do requerimento, pedindo a anexação do seu projeto, nesta mensagem conterà também o projeto de sua autoria, que foi o primeiro apresentado nesta Casa, contemplando este benefício de licença-maternidade. Parabéns, e com certeza o senhor será o pai das crianças, juntamente com o Governador Roberto Requião, que mandou as mensagens.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas, não é nenhuma insinuação de V. Exa. comparando com o Bispo Lugo, não, o pai das crianças? É apenas um projeto dando licença-maternidade.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Muito obrigada, Deputado. Só para contribuir com seu pronunciamento, na verdade em 2007 este Parlamentar também. O primeiro projeto apresentado foi um projeto de lei. Como um projeto de lei gera despesas e se torna inconstitucional, a CCJ declarou meu projeto como inconstitucional. E aí conversamos com o Deputado Elton Welter e encaminhamos à PEC. A PEC teve seu trâmite normal. Claro que se aqui tivéssemos votado a 2ª votação, já estaria valendo o salário-maternidade.

Agora, é louvável a ação do Governador Roberto Requião, porque o importante é que venha, realmente, a acontecer, que todas as servidoras públicas possam ser beneficiadas. É esta a nossa intenção, a sua intenção - tenho certeza disso - o importante é que este projeto venha a ser votado e que possamos, aqui, conceder a licença-maternidade de 180 dias para as servidoras do Estado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputada. Parabéns pela sua iniciativa. Aliás, não é a mãe que está sendo beneficiada. Na verdade é a própria criança, é o bebê que vai ter a companhia da mãe mais tempo ao seu lado.

Para concluir, dizer que Osvaldir Gomes, de Londrina, pede ao Governador Roberto Requião a conclusão da rodovia João Strass. É muito importante, tem dado muito acidente, inclusive por morte, por falta de conclusão desta obra.

E Arialdo Kleper, de Balsa Nova, que está aqui na tribuna de honra, ele está questionando no Tribunal Regional Eleitoral a eleição do Prefeito de Balsa Nova, que teria cometido uma série de irregularidades e cujo mandato, cuja eleição, vai ser julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Então, o Arialdo está interessado em que este julgamento ocorra o mais rapidamente possível.

Muito obrigado, Deputado Presidente Nelson Justus, parabéns pelas medidas que tem tomado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Mário Roque.

Deputado Mário Roque (PMDB)

O SR. MÁRIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, população do Estado do Paraná que nos assiste, através do Canal da TV SINAL.

Primeiramente, antes de apresentar assunto de maior importância, queria agradecer aos Vereadores da Câmara de Vereadores de Pontal, que me receberam ontem numa Sessão especial, ao seu Presidente Nelson Mademar, ao Vereador que fez questão que eu lá estivesse, o João Carlos Barriga, aos funcionários da Casa, o Carlito Rodrigues, o Dinho, o Conselho Tutelar, todo aquele povo bom de Pontal. E estamos aqui para lutar pelo povo de Pontal do Paraná.

Gostaria também, ao mesmo tempo, já fiz questão de lembrar a população que o litoral não tem propagado o seu calendário. Hoje, estou trazendo e passarei à mão dos senhores, Deputados, pequeno panfleto, sobre a Festa da Tainha, uma das maiores festas, 32ª Festa da Tainha do Litoral do Paraná, 32º e 1ª regional. Muito bonito isso, por sinal todo o Litoral, todos os pescadores.

Então, vamos ter lá todos os pescadores; teremos a abertura; no dia 29 vamos ter uma missa de Ação de Graças, de São Pedro, Dia do Pescador. E quem gosta de Fórmula 1 e quer ver coisa diferente, vai a Paranaguá e verá no rio Itiberê regata de canoas motorizadas, coisa muito bonita, e também a remo. Serão 17 dias muito bonitos. Estou convidando toda a população para ir a Paranaguá.

Entrando no assunto principal, eu dizia que Paranaguá sofria de graves problemas, Saúde, Educação e meio ambiente. Na área de Saúde, falava do hospital regional, que não vou me ater muito tempo aqui agora volto a falar na semana que vem porque a coisa continua não estando muito bem. Mas, quero falar da Segurança, que é um assunto muito em voga nesta Casa. Gostaria de dizer que, como Prefeito de Paranaguá passei por vários Governos e eram os piores delegados que iam para Paranaguá, as viaturas civis ou do 9º Batalhão eram consertadas nas oficinas da Prefeitura. O Prefeito e a iniciativa privada davam a gasolina, faltava comida era um deserto total em Paranaguá.

Moralizou-se com esse Governo, mais viaturas, mais agentes, o delegado que lá está pela segunda vez é um homem digno e representa acho que todos os delegados do Estado do Paraná. O nosso comandante do 9º Batalhão que lá está Major Ferreira um homem digno, temos um bom Corpo de Bombeiros agora preparado para mar, terra e para os problemas do porto, de navios, enfim a situação melhorou, há viaturas, há tudo enfim, bem organizada a Segurança em Paranaguá. Mas, infelizmente, isso já é de conhecimento do Governo de que temos uma cadeia pública no centro de Paranaguá que já vem de uma história muito antiga, que será retirada, que sairá e que já está em fase de licitação, mas essa cadeia nunca sai. Essa cadeia data de 1943, tem capacidade para 27 presos, temos lá 210 detentos.

O delegado por telefone me dizia da sua preocupação com as fugas. Ali para que os senhores saibam, a cadeia está no centro histórico próximo da Santa Casa e hospital regional, na mesma quadra do asilo das nossas ansias em frente ao Colégio Estadual Alberto Veiga, Igreja de São Benedito, Igreja Matriz, a 100 metros das

capelas mortuárias, a 80 metros do escritório da COPEL e da empresa Águas de Paranaguá. Um movimento intenso e não podemos continuar com essas fugas e preocupando a população de Paranaguá. A situação é tão grave que vou ler uns trechos e mostrar umas fotos. Os presos que estão ali mexem com a população. Estão proibidos de ir e vir, mas não estão proibidos de se comunicarem. Eles falam com quem passa na rua. Passo por ali e os detentos mexem com toda a população. Até comigo já mexeram, torna-se engraçado e eles gritam: “Roque dá cincão para comprar cigarro.” Lá de cima o preso falando com as pessoas que passam na rua. Falam: “Roque fala para o Governador tirar nós daqui.” Não podemos mais continuar tendo a nossa cadeia lá.

O Governo já sabe, já passou pela Secretaria de Segurança, já foi para Secretaria de Justiça, dizem que já está na Secretaria de Obras. Estou fazendo questão de falar, o grande amigo que é o Virgílio Araújo para ver se realmente este projeto está pronto, se vai precisar licitação. Eu doei um terreno há sete anos para o Governo na estrada Alexandra - Matinhos, para ser construída essa cadeia. O atual Prefeito doou mais uns metrinhos e é a força de vontade de toda a população e nós temos que retirar a cadeia dali do centro. Isso já foi conversado e já foi dito. Se está boa a Segurança em Paranaguá, por que não retirar aquilo dali, que é uma vergonha para Paranaguá? Cidade Histórica, Cidade mãe do Paraná. Foi lá que começou tudo, embrião deste Estado pujante e ninguém olha, ninguém quer saber da nossa Cidade. Se isso acontece em Londrina, em Maringá ou em uma Cidade maior, todos os Srs. Deputados que aqui estão já teriam retirado, já teriam ido à Justiça e a todos os locais e teriam retirado aquela cadeia do centro. Merecemos respeito e vou bater aqui, não por falta de respeito ao Governo, mas é um alerta para que possamos realmente retirar aquela cadeia dali.

Vou ler aqui no jornal o artigo: *Perigo em cadeia de Paranaguá pode provocar tragédia a qualquer momento*. Aqui está a foto da Delegacia e o delegado diz que há capacidade para 27 presos e existem 210 presos. Um trecho do artigo diz: *O problema chama a atenção da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Paraná. Com isso a Polícia Militar, que não é uma polícia investigativa, está convocando para si o papel de polícia judiciária investigativa e isso não compete a ela. A superlotação da cadeia já ocasionou várias rebeliões e fugas. Em 2009 fugiram 30. A população urbana aumentou e, nesse período não houve a recuperação apropriada para que essa Delegacia tivesse capacidade de atender a demanda populacional. Já que a administração da 1ª STP recebe apenas R\$ 2 para alimentação para os presos...* Mas, até aí não estou entrando nesse mérito. E temos um outro trecho, que fala em “Riscos à População”, onde o delegado, que deveria tranquilizar a população, vem ao jornal e diz o seguinte: *Além de não ter condições para abrigar tantos presos, a população vive um risco iminente, já que a cadeia está localizada no centro da Cidade e é rodeada*

por várias residências escolas e comércio. É aquilo que eu disse, ou seja, sem que a Polícia Civil fizesse a guarda dos presos. E em um outro trecho temos que: Para resolver a situação a Prefeitura de Paranaguá já cedeu um terreno, para que o novo presídio seja construído. Dessa forma, fica ao encargo do Governo Estadual realizar as obras.

Então, Srs. Deputados, não sou eu quem está dizendo ou inventando, é toda a população, todos os Deputados conhecem Paranaguá, já foram até fazer visitas à Delegacia e é uma vergonha. Aquele povo que por um motivo ou outro, jovens que cometeram delito estão lá em uma situação de submundo. Não há higiene alguma e há doenças. Aquilo é uma vergonha! Ou se muda e se começa no final deste Governo a cadeia e terminamos com o futuro Governador Pessuti ou então teremos problemas.

Virei à esta tribuna, sempre dizer os problemas de Paranaguá. Para o hospital regional temos que ter médicos, porque senão morrerão pessoas. O pessoal de todo o Litoral vai para o hospital e não há médicos e o Governo fez um bom trabalho, porque temos um espaço físico para atender toda a demanda, mas a Secretaria tem que ir à PUC, ao Hospital Evangélico e fazer uma parceria, levar médicos para que possam atender a população. E no caso da Segurança, temos que retirar a cadeia de lá. O Governo fez muitas penitenciárias, tivemos paciência, mas agora o povo não pode mais esperar.

Quero ser uma voz em prol de Paranaguá, não como ofensa ao Governo, pois falo das coisas boas que o Governo fez, mas também tenho que trazer aqui, porque é uma obrigação minha, pela votação é que tive, pelo meu empenho e a responsabilidade que tenho, de dizer que lá precisa haver respeito e estarei sempre aqui levando as coisas boas e ruins do nosso Litoral.

Muito obrigado a todos os Srs. Deputados e ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Região Sudoeste do Paraná realizou, no fim desta semana, o encontro da Via Tecnológica do Leite, com a promoção da Secretaria da Agricultura, EMATER, apoio das cooperativas de leite, das Prefeituras Municipais. Em Francisco Beltrão sediou o nosso Sudoeste do Paraná para que se discutisse tecnologia, aperfeiçoamento para aqueles que trabalham com essa atividade na agricultura familiar.

Venho a esta tribuna, para destacar a importância dos programas de Governo de apoio à pequena proprie-

dade rural, agricultura familiar, àqueles que produzem, no dia a dia do Paraná, alimentos para o povo paranaense, brasileiro e, até mesmo, para exportação.

A Região Sudoeste talvez seja a região do Estado, com a melhor distribuição fundiária. Porque, quando da legalização das terras do Sudoeste, foi feita por um órgão do Governo Federal, distribuindo aquelas propriedades em pequenas propriedades rurais. E esse sistema conserva-se até hoje. Média de seis e sete alqueires por proprietário rural.

Nessa feira, a qual esteve presente a Deputada Luciana Rafagnin, vê-se que a diversificação da agricultura do Sudoeste do Paraná, levando tecnologia para que a pessoa se motive na atividade agrícola é surpreendente. Lembramos aqui que, bem recentemente, na primeira administração do Governo Roberto Requião, houve incentivo para a distribuição de vacas leiteiras nas propriedades de pequenos agricultores. Houve uma relativa demora para que pudéssemos colher o resultado, visto que, até então a pequena propriedade utilizava-se da vaca leiteira como renda no queijo caseiro ou na alimentação da família. Hoje, com o avanço desta atividade, com o aperfeiçoamento da produção, o Sudoeste tem 50 mil e 128 propriedades agrícolas. O número de produtores de leite é de 29 mil e 900, ou seja, 60% das propriedades agrícolas do Sudoeste do Paraná desenvolvem atividade leiteira. O que traz a região, no ano de 2008, uma quantidade de 807 milhões e 680 mil litros de leite/ano. Uma entrada de dinheiro circulando na região de 484 milhões e 608 mil reais no ano de 2008.

Percebemos que a produção da vaca tem aumentado ano a ano, pela melhoria genética que permite uma produção diária maior por animal. No ano de 2003, com 245 mil animais, tínhamos uma renda de 6,3 litro/vaca; em 2008 com 266 mil 150 animais a produção média vaca/dia era de 8,9; a produção nacional tem uma média de quatro aproximadamente.

Isso mostra que esta região se consagra como a segunda bacia leiteira em produção no Estado do Paraná. E a primeira região em número de produtores. Brevemente o Sudoeste poderá se transformar na principal bacia leiteira.

O Oeste e Sudoeste representam a grande maioria da produção leiteira do nosso Estado. Isso foi fundamental para que a pequena propriedade tivesse renda, incentivo de permanência na sua propriedade.

Parabenizo aos promotores desse encontro, a todos que ajudaram a promover esse encontro tão importante para economia da pequena propriedade do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para falar de um assunto que nem eu acredito. O Governo do Estado do Paraná vai fechar cinco creches, que são mantidas pelo Governo para atender os filhos dos funcionários do Governo do Estado.

Vamos fazer uma pequena retrospectiva, quando eu era Vereador em Marechal Cândido Rondon em 1976, quando o Governo Federal acabou com os Municípios da área da Segurança e também acabou com os Prefeitos nomeados na Capital do Estado, o Governador Roberto Requião se elegeu Prefeito da Capital do Estado em 1985, por três anos. Um dos grandes dotes do Governo Municipal da época era a construção de creches. E ele dizia, através da propaganda, de 1985 a 1988, que era o Governo Municipal que havia construído o maior número de creches em Curitiba. Que bom que ele fez isso! Vejam a incoerência que existe, quando ele era Prefeito disse que tinha que construir creches, para que as mães de crianças de 0 a seis anos pudessem trabalhar.

Parabéns a Roberto Requião, na época em que era Prefeito! Vejam os números que trago hoje e os nomes das creches. A CELEPAR tem um convênio com uma entidade sem fins lucrativos, como todas as secretarias o nome da creche da CELEPAR é Espaço da Criança - 71 crianças, 21 funcionários; da EMATER é Arco-Íris - 90 crianças, 20 funcionários; da Secretaria de Administração é Castelo do Bosque - 43 crianças, 12 funcionários; do DER - CEI Infantil - 32 crianças e 8 funcionários; o IAPAR de Londrina - 39 crianças e 10 funcionários. O total de 275 crianças. Crianças filhas ou filhos de funcionários do Governo do Estado. E, agora, os diretores dessas entidades mantenedoras, dessas entidades sem fins lucrativos já foram informados que vão encerrar, no mês de junho, as atividades dessas creches.

Governador Roberto Requião, com toda honestidade, devo acreditar que o senhor não saiba disso, porque se o senhor soubesse não deixaria acontecer isso. O senhor não deixaria 275 crianças, filhas ou filhos de funcionários do Governo, sem a creche. E mais, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, o Governo do Estado fez uma consulta junto ao Tribunal de Contas, se era possível o Governo do Estado manter esse convênio com essas entidades sem fins lucrativos. Como é que foi essa consulta que o Governo do Estado fez? Vou ler apenas um trecho de uma das dúvidas que o Governo do Estado tinha. O que está no Acórdão nº 474/09 que é do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas? O que diz um trecho desse acórdão do Tribunal de Contas?

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Em que pese a determinação contida no parágrafo 6º do artigo 179 da Constituição Estadual, que diz caber

ao Estado atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio, é possível a concessão de recursos financeiros mediante convênio, auxílio e subvenções sociais para entidade de direito privado sem fins lucrativos ofertarem vagas para alunos que necessitam da educação infantil? Então, essa foi a dúvida que o Governo tinha. Olha a resposta. Vou ler apenas um dos itens que o Tribunal de Contas respondeu. Olha o que o Tribunal de Contas respondeu por meio desse Acórdão e aprovado no Tribunal Pleno: *Ademais cumpre esclarecer que a Medida Provisória nº 339/06 de 28/12/06, bem como a Lei Federal nº 11494 de 20/06/07, de criação do FUNDEB - Fundo Nacional de Educação Básica e de valorização dos profissionais de educação, ampliem o leque de ações de manutenção e de desenvolvimento da educação, passando a considerar a educação infantil, qual seja creches, pré-escolas, como educação básica, inclusive com inserção da aplicação desses recursos na especialidade no caput do artigo 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9394 de 1996. Diz o Relator e aprovado pelo Tribunal de Contas essa consulta, Srs. Deputados e imprensa do Paraná: por isso, considero forma de garantir a observância do supracitado dispositivo constitucional, que o Estado do Paraná pode transferir recursos financeiros às entidades sem fins lucrativos que oferecem educação infantil.*

O que é educação infantil, Deputado Reinhold Stephanes? São creches. Foi feita a consulta pelo Governo do Estado ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas diz que é legal e mesmo assim o Governo do Estado anuncia o fechamento das creches? Ora, Srs. Deputados, existe alguém dentro do Governo fazendo isso, porque não posso acreditar que o Governador Roberto Requião tenha determinado o fechamento dessas creches! Creches para os funcionários do seu Estado, do nosso Estado! Então, alguém está puxando o tapete do Governador! Ou o Governador determinou? Ou será que não tem valor as palavras ditas pelo Prefeito na época, em 1985 a 1988, que diz que ele foi quem construiu maior número de creches, em Curitiba, para dar condições de vida, para que as mães possam trabalhar também.

Essa dúvida nós levantamos, no dia de hoje, e não podemos permitir jamais. Espero que o Governador determine imediatamente o cancelamento do fechamento dessas creches. O que as mães farão agora, vai fechar a creche em junho? Funcionários do Estado vão ficar sem creche. A creche está funcionando.

Ora, se eu quero terminar, romper um convênio, eu vou dizer, olha, final do ano, olhem, aí, funcionários da Secretaria da Agricultura, não vamos mais manter a creche, mas não no meio do ano. E sabemos que há falta de creches em todos os lugares, não é só em Curitiba que falta, com certeza em Londrina, Maringá, Toledo, Marechal Cândido Rondon, União da Vitória, Umuarama, Paranavaí, Araucária. Enfim, temos a certeza que em todos os Municípios faltam vagas. Agora, fechar a creche no meio do ano é a primeira grande injustiça! A segunda

grande injustiça é fechar as creches, o próprio Governo fechar uma creche dos filhos dos seus funcionários!

Concedo um aparte ao Deputado Reinhold Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Deputado, na realidade esse assunto acompanho desde o início do ano, porque fui Secretário da Educação do Paraná e conheço um pouco a estrutura das creches existentes no Estado, há várias empresas públicas, autarquias, que mantêm creches para os seus funcionários. E dando um exemplo, especificamente, a Creche do Bosque do Papa João Paulo, aqui, no Centro Cívico, atrás do Museu Niemeyer, tem naquele local 19 anos e mais 10 anos que ela ficava antigamente onde é o IPE, o antigo IPE, o ParanaPrevidência atualmente, ou seja, são quase 30 anos de existência dessa creche. Primeiro, acho politicamente errado você fechar a creche.

Mas, independente disso, vamos dizer, que se quisesse fazer essa barbaridade: se comunica aos pais e os auxiliem a encontrar vagas em outras creches e não agora, como V. Exa., no meio do ano. Mas, ficaram protelando, o orçamento se tinha. Essa creche era mantida pela Secretaria da Administração há quase 30 anos. Você faz uma consulta ao Tribunal de Contas, só para protelar as coisas, porque na prática se há 30 anos o Tribunal aprova as contas da Secretaria da Administração com essa despesa, para que se faz uma consulta se todo ano já é aprovado?

Foi uma demagogia, uma maneira, na minha opinião, não inteligente, para não se falar burrice de se fazer isso. E não sei se a Secretária Maria Marta tem medo do Requião, se ela é incompetente, se ela não gosta do que faz. Mas, ela conduziu tudo errado, ela não assume as coisas. Acho que não só ela, como muitos Secretários do Governador, tem medo de falar com ele ou de dizer que situações estão erradas, a situação é assim. Lá era uma creche que trabalhava direitinho, ajudava os funcionários, mas ainda se quisessem fechar, decidiu-se fechar, se faz algo no final do ano.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Stephanes Júnior. Aliás, foi V. Exa. que, há questão de três semanas, levantou essa questão nesta tribuna. E quando V. Exa. levantou, eu não quis gritar, fui com a minha assessoria, fomos atrás, fomos verificar se isso era verdadeiro. Ninguém trouxe para nós, nós fomos buscar com base no seu pronunciamento, Deputado Stephanes Júnior, porque constatamos a veracidade. Agora, vejam o seguinte, a consulta que o Governo do Estado fez no dia 07 de maio, agora, faz pouco mais de 30 dias que veio a consulta. O Tribunal diz que é legal. E o Governador, o Governo do Estado, para não dizer o Governador, o Governo do Estado fecha ou anuncia o fechamento das suas creches.

Vamos lembrar o que existe no setor privado, a CLT no artigo 389, determina às empresas no Brasil que tenham mais de 30 senhoras trabalhando, com mais de 16 anos, já são obrigadas a terem uma creche ou terem o convênio para quando elas forem mães que possam ter um lugar onde passam deixar os seus filhos. Isso diz na CLT. E o que diz no Estatuto do Funcionário Público do Estado do Paraná, aqui no capítulo VI da Assistência e Previdência, capítulo 1º, artigo 56 diz o seguinte: *Entre as formas de assistência inclui-se: inciso 1º: assistência médica, dentária, hospitalar e alimentar além de outros julgados necessários, inclusive em sanatórios e creches.*

Está no Estatuto do Funcionário, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Ademar Traiano. Está claro, é um direito que o funcionário público estadual tem. Isso existe, está no Estatuto, artigo 256.

Por esta razão, o Governador é inteligente. Ele não pode estar sabendo disso. Sociedade do Paraná, Srs. Deputados, não são duas crianças. São 275 crianças que estão ameaçadas de não ter a creche. Tirar o seu direito! Aonde vão ficar essas crianças? Por uma questão de birra? Por uma questão política? Ah, porque o Beto Richa tem que se virar, isso é questão da Prefeitura. Não posso acreditar nisso. Por esta razão, volto a dizer, quero acreditar que o Governador não esteja sabendo disso. Alguém dentro do Governo que deve estar tomando essa atitudes.

Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, vou mostrar para V. Exa. os dados que tenho aqui. Espero que o Governador seja sensível e que seja coerente nos seus atos.

Este nosso pronunciamento no dia de hoje, entendo que é gravíssima a situação, não é possível, não dá para aceitar que 275 crianças fiquem sem creche e que as mães que estão trabalhando no Governo, vão fazer o que? Faltar? Sair do serviço? Deixar a criança sozinha em casa? Não é possível, Governador Roberto Requião que o senhor admita que aconteça esses fatos no seu Governo, no nosso Estado que é um Estado rico, produtor. E ainda mais quando o Governo diz que faz tudo pelo social. Então, vamos atender os filhos dos nossos funcionários, e fazer com que 275 crianças não percam a creche e nem os 76 funcionários fiquem sem o emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Ocupo a tribuna hoje, a pedido do Sr. Paulo Meneguetti, do Grupo Santa Terezinha, para informar

alguns dados que consideramos importantes sobre a expansão do setor sucroalcooleiro, no Estado do Paraná:

a) Área ocupada com cana-de-açúcar destinada às indústrias do setor é de, aproximadamente 700 mil hectares, ou seja, 4,3% da área agricultável do Estado (15.946.632 hectares).

b) Cana a ser industrializada na safra 2009/2010, aproximadamente, 53,5 milhões de toneladas, ou seja 19,5% superior ao ciclo anterior.

c) Produção estimada Safra 2009/2010:

1. Álcool:

Anidro: 550 milhões de litros.

Hidratado: 1,75 um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de litros.

2. Açúcar: 3330 - três milhões, trezentos e trinta mil toneladas.

d) Energia Elétrica:

1. Produção de toda energia consumida nos complexos industriais do setor.

2. Venda de excedente para terceiros aproximadamente 200Mw/hora.

e) Produção de Bicarbonato de Sódio, aproximadamente 100 toneladas/dia, cuja matéria-prima é CO₂ (gás carbono oriundo da fermentação do caldo).

f) Produção de levedura seca, destinada a alimentação, oriunda da sobra do processo fermentativo do caldo-de-cana.

g) Faturamento previsto Safra 2009/2010:

Cana-de-Açúcar	R\$ 1,7 bilhões
Açúcar	R\$ 2,3 bilhões
Álcool Hidratado	R\$ 1,4 bilhões
Álcool Anidro	R\$ 0,5 bilhão
Energia elétrica, levedura e outros	R\$ 0,3 Bilhão
Faturamento Estimado Total	R\$ 6,2 bilhões

h) Geração de Tributos:

Estimamos que a produção paranaense de álcool, açúcar e energia elétrica deverá propiciar uma geração de tributos/impostos federais e estaduais, na casa de R\$ 600 milhões, no exercício de 2009.

i) Geração de Empregos:

Cada hectare do solo paranaense ocupado com cana-de-açúcar gera, em média, 0,2 empregos durante o ano, o que resultaria na geração de 140 mil empregos diretos.

Devido à escassez de mão de obra e imposições ambientais em nosso Estado, o setor está sendo obrigado a importar mão de obra de outros Estados, e a proceder uma acentuada mecanização agrícola; Hoje, o Estado gera 80 mil empregos diretos e, aproximadamente, 500 mil indiretos.

j) Remuneração e Programações Sociais:

Os trabalhadores do setor, em sua maioria, são os mais bem pagos da atividade agrícola.

O salário médio de um cortador de cana está na faixa de dois salários mínimos.

Em termos sociais, o setor é um dos poucos que reserva um percentual de seu faturamento para aplicação em Assistência Social de seus trabalhadores, ou seja 1% do faturamento da cana, 1% do faturamento do açúcar, e 2% do faturamento do álcool, que anualmente são aplicados nas áreas de Saúde, lazer, educação dos trabalhadores e seus familiares.

A própria ALCOPAR fomenta para que seus associados construam área de lazer, ambulatorios médicos e odontológicos para seus funcionários e familiares, além de refeitório, vestiário, etc.

O setor sucroalcooleiro paranaense foi o criador da Residência em Engenharia Agrônômica no País, e, anualmente, prepara diversos profissionais para ocupar essa atividade em nosso setor.

Na próxima sexta-feira, 26 de junho de 2009, será realizada em Maringá, no Hotel DeVille, a solenidade de conclusão dos cursos de 120 profissionais, que durante 14 meses se dedicaram ao seu aperfeiçoamento, cursos esses completamente pagos por empresas do setor, com isto economizando dinheiro do Governo Federal através do FAT.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado!"

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Deputado Luiz Carlos Martins (PDT)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O meu pronunciamento não vai ser de improviso, como sempre, vai ser por escrito porque existem números e o meu receio é me equivocar com os números, isso é muito perigoso.

(Lê):

“Quando a mensagem do Governador Requião propondo redução de ICMS em quase 100 mil produtos transitou nesta Casa, houve muito debate. Uma preocupação que eu revelei desde o início, era em relação ao repasse dos benefícios por parte dos empresários aos consumidores.

Veio maio, entrou em vigor a minirreforma do Requião, e tenho recebido em meu programa de rádio diário na Banda B, muitas queixas de que isto não vem ocorrendo. Fui buscar informações que pudessem explicar, talvez, estas queixas. Afinal, o Governador Requião foi muito incisivo e garantiu, do alto de seu importante

posto governamental, de que iria vigiar o repasse dos benefícios aos consumidores. Todos os paranaenses esperam para ver. Eu também.

O primeiro indicador a merecer minha atenção foi a divulgação, por parte do DIEESE, da cesta básica de maio. São feitas pesquisas em 17 Capitais e em 15 delas, em maio, houve aumento. Curitiba, é uma delas! Aumentou 0,76%. Para termos uma idéia, São Paulo/Capital aumentou 0,77%. Não me consta que lá houve redução de impostos. Rio de Janeiro e Fortaleza tiveram queda de preços. E os Governadores destes Estados não fizeram mágica. Brasília, Goiânia, Belém, aumentaram menos do que Curitiba.

Com estas informações iniciais, eu já estava entendendo ou melhor, compreendendo as críticas que tenho recebido lá no meu programa. Tentei ver se pelo menos no acumulado do ano tivemos algum ganho. Curitiba apresenta um percentual acumulado em 2009 de 7,87% negativo. É bom. Mas se olharmos outras Capitais, por exemplo, Florianópolis tem menos 10,40%, Rio de Janeiro menos 7,83%, São Paulo menos 5,38%, Porto Alegre menos 4,48%.

A crise provocou baixa de preços. Aqui, já computado maio, deveríamos ter um resultado melhor, afinal a redução dos tributos alcançou 95 mil produtos. Das 17 Capitais pesquisadas, Curitiba tem o 10º lugar em Capital mais cara. Vejam bem de 17 Capitais, somos a 10ª mais cara. Há nove delas mais caras do que nossa Curitiba. E sete mais baratas. Para quem alardeou que teríamos queda de preços, estes números não são satisfatórios, Sr. Governador Requião.

A par desta preocupação e em busca de informações, o informativo oficial do Governo do Estado trouxe dados revelados por segmentos da área produtiva, diretamente afetados pelos benefícios, acusando aumento de 12% no setor de alimentos e material de higiene. Na linha branca, mais de 50%. É que estes números se mostraram em todos os estabelecimentos.

Infelizmente, não mostraram dados complicados por produto ou área ou mesmo por algum órgão de razoável credibilidade. Afirmções, aprecem, no calor da proximidade da autoridade governamental.

As mesmas lideranças destes segmentos privilegiados com baixa dos tributos, assegurou que o salário-mínimo regional, sancionado pelo Governador Requião, que sequer aplicou este valor ou índice para reajustar os salários de seus servidores, repito, estas lideranças falaram que houve injeção de mais de 75 milhões no mercado de consumo com este salário, que por sinal, não foi também aplicado pelos segmentos favorecidos pela queda dos tributos em suas convenções coletivas, onde não aplicaram este mínimo e sim o nacional, 15% menor.

O receio que demonstrei quando do debate da lei me parece que está se registrando. E eu não queria isto! Torcia para que desse certo!

Veio em meu socorro, para analisar com mais calma e com mais dados, o relatório do IBGE, sobre o índice IPCA, nacional e por Capitais.

Em abril, o índice nacional havia acusado um aumento de 0,48%. Em maio, este aumento sobre abril foi de 0,47%. O vilão apontado pelo IBGE foi o leite e derivados. Com precaução fomos buscar o quadro em que Curitiba teria seu índice individualizado.

Em maio, Curitiba teve uma variação de 0,15%. A mais baixa de todas as Capitais pesquisadas. Fiquei curioso em saber como estávamos na cesta básica com problemas, se aqui o índice de maio é muito bom? A resposta está em abril. Na variação de abril, o aumento de Curitiba foi de 0,82%, o segundo maior do País, apenas atrás de Porto Alegre que teve 0,91%. São Paulo, em abril, teve aumento de 50% do nosso aumento aqui. Rio de Janeiro idem. Não é difícil concluir que em abril, o aumento espantoso verificado em Curitiba foi praticado com defesa para a queda dos tributos em maio, ou seja, vamos aumentar de preços.....ininteligível.... para reduzi-los, sob pretexto da queda do ICMS, em maio.

Então, a baixa de maio não compensa, ainda, o aumento de abril. E muito menos, a queda do ICMS.

Com sua reforma Governador Requião, eu esperava que Curitiba liderasse positivamente todos os índices de maio em diante. Não é o que se verifica, infelizmente. O mesmo IBGE traz a variação acumulada neste ano de 2009, até maio. Estamos com 2,24%, contra 2,35% de Porto Alegre, 2,45% do Rio de Janeiro e 2,89% de Belo Horizonte. As demais Capitais tem acumulado menor do que nós. O acumulado nacional é de 2,20%. Estamos um pouquinho acima.”

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Srs. e Sras. e aqueles que nos assistem neste instante através da TV SINAL. A intenção desse pronunciamento é alertar o Governador Requião e toda a sua equipe de que a intencionada reforma para baixar preços junto aos consumidores não se traduziu nos indicadores do DIEESE e IBGE. Não são indicadores do Deputado Luiz Carlos Martins, são do DIEESE e do IBGE, portanto, não estou inventando absolutamente nada, pelo contrário, estou sendo porta voz de uma inquietação popular diante das prateleiras, das gôndolas nos supermercados.

Posso afirmar, que os Srs. endossam esses números aqui apresentados.

Não posso deixar de lembrar que a reforma do Governador se reduziu de um lado o ICMS de 95 mil produtos, aumentou impostos de cigarros, bebidas alcoólicas, combustíveis, telefonia e energia elétrica. Esses itens todos compõem a planilha de custos de qualquer unidade empresarial. Portanto, passíveis de serem transferidos aos preços.

O senhor alertou tanto aqui, Deputado Reni, na Comissão de Constituição e Justiça, nesse plenário, o Deputado Elio Rusch e está se confirmado agora. Os dados são oficiais, não são números da Oposição da Assembleia, nós não fazemos oposição por oposição, fazemos oposição construtiva, propositiva. Não queremos o pior, queremos sempre o melhor.

(Lê):

“Ainda e talvez como consequência de tudo isto, o INPC (preços ao consumidor), outro indicador do IBGE, (usado para negociações salariais), traz Curitiba como a segunda Capital mais cara, com acumulado em 2009 de 2,95%, através apenas de Belém, com 3,04%.

E notem que em abril, naquela situação de aumento preventivo, Curitiba apresentou o segundo maior índice mensal, com 0,90%, atrás apenas de Belém, com 1,0%.

Como estamos mostrando, é preciso que o Governo adote medidas mais drásticas, monitore com maior responsabilidade o repasse dos benefícios da redução do ICMS, não se valendo apenas de declarações dos representantes dos segmentos amplamente favorecidos.

Por último e prevendo uma pronta declaração de lideranças do Governo, de que o índice do DIEESE é só de Capitais e do IBGE é das Regiões Metropolitanas, lembraria que a lei que reduziu ICMS foi Estadual.

Vamos vigiar melhor a lei aprovada nesta Casa, com grande pressão do Governador Requião, reduzindo o ICMS de 95 mil produtos e buscando um resultado realmente melhor, que foi o principal fator que favoreceu a aprovação da mensagem do Governador, que é a redução do ICMS beneficiando os consumidores.

Muito obrigado.”

Entenderam a razão do meu pronunciamento por escrito, não de improviso, porque são números e números oficiais.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Estou surpreso com esta informação do aumento anterior à entrada em vigor da lei. Eu não tinha esta informação. Agora, quero dizer a V. Exa. que nós não mentimos para a população, nem no plenário e nem nas diversas Audiências Públicas que tivemos pelo Estado e nem o Governador mentiu. Porque nós falamos que a lei era boa. E a lei é boa. Nós vamos ter a prova de que a lei é boa nos próximos dias, na Audiência Pública que teremos, aqui, da prestação da contas. A lei é boa para a arrecadação do Estado do Paraná. Porque ela criou uma perspectiva na população, que 95 mil itens iriam reduzir seus preços.

Na prática, não era tudo aquilo que nós demonstramos que muitos daqueles itens anunciados já estavam com alíquota menor do que aquilo que estava dizendo que iria reduzir.

E na verdade, entendemos o apelo, diante do aspecto da crise, da manutenção da receita do Estado, mas conseguimos um grande avanço. E é neste grande

avanço que vamos ter que defender, agora, o interesse dos paranaenses, que foi a inclusão de uma emenda no Substitutivo Geral, que foi proposta pela Bancada da Oposição, por Deputados da Oposição, que estabelecia o controle e para assegurar aquele compromisso de todos aqueles interessados pela reforma, no Paraná inteiro, dizendo: “vamos baixar os preços.”

Aliás, eu vi peças publicitárias, quando entrou em vigor a lei, dizendo: “vamos repassar a diminuição”. Agora, eu não sabia desta informação, de que tinha aumentado antes. Agora, a estratégia de marketing funcionou e existiu um compromisso dois empresários que iriam reduzir. O que eles não sabem é que no Substitutivo aprovado por unanimidade aqui, existe um artigo que diz: *haverá um controle por parte do Governo do Estado e uma explicação daqueles estabelecimentos, principalmente as grandes redes, dos que não baixaram e dos que baixaram*. Até agora, não estou vendo. Inclusive, neste final de semana estive em diversas cidades importantes do nosso Extremo Oeste, da Região Oeste e também do Sudoeste do Paraná e nenhum grande supermercado, seja ele rede ou não, tem esta informação, dos preços, e qual teria estabelecido esta redução do ICMS nos seus preços.

O que estamos verificando não é isso. Ninguém baixou. Baixaram o que tinha subido antes. Continua a mesma coisa. Agora, a reforma é boa. A reforma é boa para a arrecadação. A arrecadação aumentará, com certeza, no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Nós estamos aqui, exatamente, demonstrando estes números, porque eles são números verdadeiros, do DIEESE, do IBGE, não são números fabricados. É preciso que haja uma vigilância.

Me lembro, aqui, dos fiscais do Sarney. Lembram? Que fechavam supermercados? Então, de repente vamos precisar de uma legião de fiscais do Requião, convocando voluntários para fiscalização. Agora, o que não podemos é silenciar diante de tudo isto.

Concedo aparte ao Deputado Antonio Carlos Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Esta Casa se engrandece, nobre Deputado Luiz Carlos Martins, com um pronunciamento com muita lucidez e com muita inteligência de V. Exa. Sou um apaixonado pelo seu trabalho, acima de tudo pelo espírito humanitário!

Estava ouvindo o Deputado Reni fazendo um aparte e fico me questionando, porque se está na lei que o Governo pode fiscalizar para ver quem abaixou e quem não abaixou o preço, quem usufruiu e quem não usufruiu, o que o Governo está fazendo? Está adormecido ou de férias?

Então, V. Exa. alerta, porque quero crer que a grande maioria da população, talvez mais de 98% dos paranaenses não sabem sequer que há essa emenda na

lei, que levaria a uma fiscalização e até a uma punição ao empresário. Agora, traduzindo todo o pronunciamento V. Exa. na maior simplicidade, estou vendo que o Requião apenas usou essa lei para arrecadar mais dinheiro. V. Exa. comprova com esses dados e o custo de vida continua muito salgado para a grande massa do povo paranaense. Então, felicito V. Exa. pela oportunidade! Ninguém tinha trazido esse debate aqui com tanta clareza e como a TV está transmitindo, tem aí jornalistas, gente de rádio, de jornal e de televisão acompanhando a Sessão, se esses nobres jornalistas colocarem nos seus noticiários o pronunciamento de V. Exa., não tenho dúvidas de que será uma grande contribuição para os 11 milhões de paranaenses. Parabéns, nobre Deputado Luiz Carlos Martins!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Obrigado, Deputado Belinati!

Sr. Presidente, espero ter contribuído aqui, em nome dos Deputados que votaram e que acreditaram nesse Projeto. Deputado Nereu Moura, espero ter contribuído, com este pronunciamento, com o Governador Requião. Tenho certeza que ele vai refletir sobre esses números e ele tem outros números mais e vai comprovar que temos razão em tudo aquilo que estamos falando nesta Tribuna, aqui na Assembleia.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Quero parabenizar V. Exa. e dizer que os números que V. Exa. traz à Tribuna hoje são números oficiais, de entidades oficiais. A Oposição também tem os números e estamos ainda levantando os preços de alguns produtos e isso estamos acompanhando desde dezembro. Então, vamos pegar os números que temos, os números que V. Exa. apresenta no dia de hoje e vamos mostrar para a sociedade do Paraná que estávamos certos, Deputado Luiz Carlos Martins, tanto V. Exa. como o Deputado Rossoni, o Deputado Traiano, o Deputado Reni Pereira, o Durval e outros Parlamentares mais. Quando nós discutimos a reforma tributária, nós dizíamos a V. Exa. foi muito feliz quando disse que uma certeza tínhamos, de que os preços iriam aumentar sobre cinco produtos essenciais, pois aí não tem sonegação, mas a redução dos preços dificilmente iria acontecer. E V. Exa. demonstra isso hoje.

Por essa razão, só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa, que é o tempo. O tempo é a razão de si. O tempo vai falar a verdade e vai mostrar que a Oposição estava certa quando votamos contra a reforma tributária no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, para encerrar e mudando um pouco de assunto faço um apelo a todos os senhores e senhoras de um companheiro que teve vários mandatos nesta Casa e que hoje não está mais aqui neste Plenário. Ele convi-

veu conosco aqui por vários anos e a sua família está pedindo desesperadamente que todos nós rezemos por ele, façamos uma prece por ele, que está sofrendo muito, está vivendo momento muito difícil, que é o Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Que Deus olhe por ele.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Está registrado aqui o pedido do Deputado Luis Carlos Martins, e todos nós vamos nos solidarizar. Esta Casa anuncia a presença aqui da Secretária Elza Rofer, Secretária da Fazenda do Município de Marechal Cândido Rondon, a pedido do Deputado Ademir Bier. Seja bem-vinda a esta Casa. Também esta Casa anuncia a presença do Prefeito de Marilândia do Sul, do Partido Verde, Sr. Pedro Sergio Mileski, a pedido da Deputada Rosane. Devidamente registrado.

Ainda no Grande Expediente com a palavra Deputado Chico Noroeste por 15 minutos.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos, cidadãs paranaenses que nos assistem nesse momento. Sr. Presidente, Deputado Felipe Lucas, participei no dia 19 de um evento em comemoração aos 30 anos da UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu. Quero dizer de que ter participado daquela solenidade em comemoração a esta Universidade, bem sucedida do Oeste do Paraná, para mim é motivo de muita satisfação, é motivo de muita alegria, até porque naquela Instituição, a UNIOESTE, eu estudei e tive a oportunidade de obter a minha formação superior, e ali tive a oportunidade de vivenciar um pouco da sua história, vivenciar o seu crescimento, e diga aqui de passagem, um grande, um espetacular crescimento, seja do ponto de vista físico, de aumento de cursos, seja do ponto de vista de instituição.

Do ponto de vista de instituição a UNIOESTE hoje de uma simples FACISA - Faculdade de Ciências Sociais e Aplicada de Foz do Iguaçu para um *campus* de uma renomada instituição. Do ponto de vista, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início a UNIOESTE tinha, aliás iniciou as suas atividades com apenas dois cursos, o curso de Administração e o curso de Ciências Contábeis. E hoje, senhores Deputados, Deputado Neivo Beraldin, a UNIOESTE possui 13 cursos, cursos que são conquistas, são vitórias, e estão a inteira disposição, não somente da população de Foz do Iguaçu, mas também da Região do Oeste do Paraná, e muito especialmente do Extremo Oeste do Paraná. A UNIOESTE quando começou como FACISA não tinha sede própria, começou as suas atividades no prédio da CIFE, depois foi para uma escola chamada Parigot de Souza, depois para o Colégio Barão, depois para o Colégio Anglo Americano na Vila A, depois para o Colégio Anglo Americano também na vila C, passou por diversos locais cedidos e hoje se encontra

numa sede própria, num espaço bonito, numa lindíssima arquitetura.

A UNIOESTE chegar a condição de universidade grande, forte, de qualidade não foi fácil. Somente com o apoio, empenho, dedicação, determinação e trabalho de muita gente. De lideranças que nos antecederam, de atuais lideranças, reitores, diretores, professores, alunos e da população.

Portanto, nesta oportunidade em que a UNIOESTE *campus* de Foz do Iguaçu completa 30 anos de existência, expressar aqui as minhas homenagens, meus parabéns por esta comemoração importante para esta Instituição e também para o povo de Foz do Iguaçu.

Para ter vivenciado esta história, ter participado do seu crescimento, no que diz respeito a levar cursos superiores, lembrando que, quando assumi aqui como Deputado em 1999, eu de posse de um trabalho que a própria UNIOESTE de Foz do Iguaçu fez das pretensões dos alunos, apresentei aqui nesta Casa vários projetos. E hoje para a nossa alegria alguns deles se tornaram realidade, que é o caso dos cursos de Pedagogia, de Direito, de Engenharia Mecânica e também o curso de Enfermagem. São conquistas, vitórias que jamais alguém tirará da UNIOESTE, da população de Foz do Iguaçu.

Dizem que o povo merece os governantes que tem. Certamente, a Cidade de Foz do Iguaçu merece sim a universidade que tem. A nossa Foz do Iguaçu é conhecida por todos os paranaenses, por todos os brasileiros. Hoje com 320 mil habitantes é a 4ª do Estado do Paraná. Só perde para a Capital Curitiba, Londrina e Maringá. A Cidade de Foz do Iguaçu tem o 5º PIB no Estado do Paraná e o 73º PIB do Brasil. É indiscutível a importância que tem a Cidade de Foz do Iguaçu no âmbito do Estado do Paraná e do nosso País. Claro que temos os nossos problemas. Problemas gravíssimos de favelas, de violência, de desemprego. Mas tenho certeza de que a médio e longo prazo a população com sua vontade, com sua determinação, com sua garra, vencerá esses problemas.

Uma outra reunião, uma outra solenidade que participei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi uma em que o Governador do Estado fez a entrega de equipamentos para o Hospital Municipal. Um compromisso do Governador Roberto Requião, até por que ele foi à Cidade de Foz do Iguaçu e lá, numa visita ao Hospital Municipal, se comprometeu em concluir definitivamente o Hospital Municipal no que diz respeito a sua parte física e, logo após, ele assinou um convênio com o Município de Foz do Iguaçu de R\$ 4 milhões e 500 mil para a sua conclusão. Esse convênio está em análise, está em fase final de aprovação e creio que, nos próximos dias, será liberado para a Cidade de Foz do Iguaçu R\$ 4 milhões e 500 mil, que somados a R\$ 3 milhões que já foram liberados e utilizados na construção, soma-se R\$ 7 milhões e 500 mil somente para sua construção.

Essa determinação do Governador em equiparar o Hospital, no que diz respeito a equipamentos pesados, começou a seu cumprida. Já foram repassados alguns

equipamentos e acredito que não vai demorar em que o restante desses equipamentos sejam repassados ao Hospital Municipal do Município de Foz do Iguaçu.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Chico Noroeste, me emponho ao assistir seu discurso, dessa Tribuna. Tenho observado V. Exa. algum tempo, seu comportamento e quando V. Exa. sobe à Tribuna transpira amor profundo por Foz do Iguaçu. No seu pronunciamento de hoje, V. Exa. aborda a importância da universidade, a luta que V. Exa. teve para conquistar mais cursos para oferecer à juventude de Foz do Iguaçu. O discurso de V. Exa. mostra sua própria história dentro da universidade. V. Exa. aborda a importância dos recursos que o Governo está passando para construção do hospital. V. Exa. põe alma e coração na defesa do Oeste do Paraná.

V. Exa. fala como propriedade que Foz do Iguaçu tem uma importância extraordinária no PIB da economia do nosso Estado do Paraná, sendo a 5ª Cidade com maior número de população do Estado do Paraná. Uma Cidade de importância fundamental para o nosso turismo paranaense. Tão importante que leva o Estado do Paraná a ser o 5º pólo turístico do País. Muito se deve a Foz do Iguaçu. Enfim, Deputado Chico Noroeste, V. Exa. é merecedor da nossa mais especial atenção. Sempre que V. Exa. ocupa à Tribuna pode contar que V. Exa. vem com um assunto já bem elaborado, com início, meio e fim, mas se caracteriza fundamentalmente com a história de amor ao Município de Foz do Iguaçu.

V. Exa. está de parabéns! Muito obrigado pelo aparte!

O SR. CHICO NOROESTE (PDT)

Agradeço suas palavras, sua interferência e incorporo suas palavras no nosso pronunciamento. Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer ao Governo do Estado por estar contribuindo definitivamente para a conclusão de um hospital que, certamente, o Município de Foz do Iguaçu, sozinho, poderia até terminá-lo, mas com dificuldades. E essa contribuição, esse apoio do Governo do Estado, eu tenho certeza, vai proporcionar melhor atendimento, não somente ao povo de Foz do Iguaçu, mas também ao povo do Paraguai, aos brasiguaios, porque não podemos negar atendimento à saúde para quem quer que seja. E lá em Foz do Iguaçu virou uma prática atendermos a população, os brasiguaios e também os paraguaios.

Portanto, essa contribuição vai ajudar muito o hospital a assumir as suas características, desempenhar as suas características como sendo um hospital regional. Continuo aqui a minha defesa que o Município de Foz do Iguaçu, o Governo do Estado, em uma verdadeira parceria, transforme aquele hospital municipal em um hospital

regional. É a divisão de custos, de responsabilidade, no sentido de que os beneficiários, as pessoas que serão beneficiadas, sejam efetivamente aqueles que merecem, a população de Foz do Iguaçu e a população do Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PSB/PRB/PV; Liderança do PT; Liderança do PSDB; Bloco PPS/PMN; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(**Todos declinam**).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 775/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária Estadual da Educação, a doação de ônibus usado para a Associação Despertando Estrelas, no Município de Piên. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 776/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de uma cobertura na feira dos produtores no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n°s 777 a 779/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã nos respectivos Municípios de Palmeira, Ivaí e Matinhos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 780/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apreensão, para as incineração de drogas apreendidas, armazenando o necessário para elaboração de prova. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3120, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência às sessões plenárias dos dias 22 e 23 de junho de

2009, devido a reuniões nos diretórios municipais do Democratas no interior do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 208/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 023/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Loanda. (**Publ. no DA n° 043/09, de 05/05/09, em Mensagens**).

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Será feita a chamada nominal.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, antes de proceder, só gostaria de solicitar ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, que nas próximas mensagens que venham para a Assembleia Legislativa, pedindo a autorização para o Governo doar imóveis para os Municípios, se esses imóveis foram adquiridos pelo Governo do Estado ou se esses imóveis são objetos de doação do Município para o Governo e o Governo agora apenas está devolvendo, porque não sabemos. Senão vamos ter que começar a fazer a cada novo pedido, a cada novo projeto que vier para cá, vamos pedir diligência porque queremos saber se esses imóveis estão sendo doados.

Porque faz crer que o Governo do Estado tenha comprado, pela mensagem, como se o Governo do Estado tivesse comprado esses imóveis e estaria doando para os Municípios. E chegou ao nosso conhecimento, Deputado Romanelli, que a maioria desses lotes são oriundos do Município. O Município cedeu esses lotes para o Governo do Estado, lá existia algum órgão do Governo ou mesmo para edificar alguma obra e agora o Governo está devolvendo.

Cada vez que vem uma mensagem para a Assembleia, Deputado Romanelli, para até economizar e para que o Governo tenha mais agilidade, que seja informado se esse imóvel que seria objeto de doação para o Município, se foi adquirido pelo Estado ou se esse imóvel é objeto de doação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, não consigo entender qual é o objetivo. Qual é a diferença que faz? Não consigo entender. Qual a razão para poder de fato fazer essa solicitação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Com muito prazer, Deputado Romanelli lhe explico. Até para saber se é o Governo do Estado que comprou esses imóveis e está doando para o Município, parabéns. Agora, caso contrário, faz entender como se o Governo do Estado estaria doando para o Município. Quando na verdade estaria revertendo para o Município, o imóvel que já pertencia ao Município. Apenas uma explicação e nada mais.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, pedi pela ordem e foi pedida a chamada nominal tendo em vista que não havia quórum naquele momento.

Agora, visivelmente há quórum e retiro a questão de ordem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só para concluir a questão em relação aos imóveis doados ou cedidos aos Municípios. O Deputado Elio Rusch faz um pedido, que sinceramente. O Governo não é o dono de imóvel algum. Quem é dono dos imóveis é o Estado do Paraná. A Assembleia não é dona do imóvel nenhum. Nem o Tribunal de Justiça. Quem é dono é o Estado do Paraná. A escritura do imóvel como um próprio público estadual e propõe a Assembleia, fazer a doação de um utilização específica para um Município, cumprindo a lei e a Constituição! Sinceramente, ir buscar, 50, 60, 100, 150 anos atrás se aquele imóvel foi doado ou não pelo Município, reconheçamos aqui, é de um preciosismo que confesso, não consigo interpretar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSONI (PSDB)

Deputado Augustinho Zucchi, gostaria de fazer uma questão de ordem. Agradeço até porque não fiz o uso do horário da Liderança do PSDB, mas quero fazer um comunicado a esta Casa, que neste momento o Prefeito Beto Richa está se dirigindo à Procuradoria Geral da República, ao Dr. Guedes pessoalmente. Vai fazer um apelo ao Procurador, ele quer ser investigado! Porque não suportamos mais os ataques e a determinação que hoje existe por parte de setores para manchar a imagem do Prefeito Beto Richa.

Ele é um político e quer preservar a sua imagem. Está se dirigindo pessoalmente à Procuradoria Geral da República, para pedir que ele mesmo seja investigado. Quem bom seria que todos os políticos brasileiros pudessem ter a clareza das suas ações, ter uma atitude de esta-

dista. E para não ficar dúvida junto à população paranaense, ele está fazendo isso pessoalmente.

Quero fazer o comunicado porque foi objeto de debate nesta Casa e nada melhor do que a Justiça Eleitoral, que investigue em cima de um pedido do próprio Prefeito.

Agradeço a compreensão de V. Exa., e comunico a esta Casa este fato relevante para a história do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente comunicado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 237/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí, com sede no Município de Corumbataí do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 237/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí do Sul - ACOSUL, com sede no Município de Corumbataí do Sul e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/06/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 255/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública o Clube do Cavalo de Porto União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/09, de 26/05/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 260/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/09, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 055/09, de 27/05/09, em Mensagem).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 273/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Lunardelli. **Aprovada. (Publ. no DA nº 060/09, de 08/06/09, em Mensagem).**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 258/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a UNICAFES Paraná - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a semana do Presbiterianismo, a ser comemorada na semana em que esteja inserido o dia 12 de agosto, Dia Nacional do Presbiterianismo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a APOMAR - Associação de Produtores de Orgânicos de Marilândia do Sul, com sede e foro no Município de Marilândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 027/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Campina Grande do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação e Comunidade do Tratamento do Alcoolismo e Dependentes Químicos - ACTA, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 054/09, de 26/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 251/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública estadual a Associação e Comunidade do Tratamento de Alcoolismo e Dependentes Químicos - ACTA, com sede e foro no Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o foro que se consta no artigo 2° do Estatuto Social da Associação e Comunidade do Tratamento do Alcoolismo e Dependentes Químicos - ACTA é o Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4° do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI N° 251/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4° do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública Estadual a Associação e Comunidade do Tratamento do Alcoolismo e Dependentes Químicos - ACTA, com sede e foro no Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 253/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação Parque Histórico de Carambeí, com sede no Município de Carambeí e foro na Comarca de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 054/09, de 26/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 253/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Parque Histórico de Carambeí, com sede no Município de Carambeí e foro na Comarca de Castro, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 263/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 028/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA n° 057/09, de 01/06/09, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 263/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto Lei n° 263/09 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar a efetuação de doação de imóvel, ao Município de São Miguel do Iguaçu, de área constituída pelo Lote Urbano n° 09, com área de 828,00 m2 e 10, com área de 675,00 m2, da quadra 93, totalizando 1.503,00 m2, constante na Matrícula sob o n° 3672 e 3673, do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Competência e Previsão Legal

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre matéria de doação de imóvel ao Município de São Miguel do Iguaçu, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná, demonstra que a doação imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e, mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Direta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O artigo 17, inciso I, alínea "b" da Lei n° 8666/93, assevera que:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Direta e Entidades Autárquicas e Fundacionais, e, para todos, inclusive as Entidades Paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a)...

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado disposto nas alíneas "f" e "h". (grifo nosso).

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado, mediante lei ordinária ao Município de São Miguel do Iguaçu, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com o disposto legal, supracitado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de Lei Estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela consti-

tucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 263/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo efetuar a doação de imóvel ao Município de São Miguel do Iguaçu.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo atender as demandas dos serviços públicos municipais, principalmente os relacionados à cultura, ação social, indústria e comércio.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 17/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/09, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marilena lote do terreno urbano, para instalação de Câmara Municipal. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 060/09, de 08/06/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 271/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 271/09, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a efetuação de doação de imóvel, ao Município de Marilena, de área com 600,00 m², contendo edificação, constituída pelo Lote Urbano nº 16, Quadra 47, Transcrição das Transmissões nº 2048, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina. O imóvel destina-se exclusivamente, para funcionamento da Câmara Municipal, retornando a patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Competência e Previsão Legal

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa

para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis que dispõe sobre matéria de doação de imóvel ao Município de Marilena, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná, demonstra que a doação imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e, mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgãos ou fundação de sua Administração Direta ou Entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O artigo 17, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8666/93, assevera que:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Direta e Entidades Autárquicas e Fundacionais e, para todos, inclusive as Entidades Paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) ...

b) doação permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvando disposto nas alíneas “f” e “h”. (grifo nosso).

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado, mediante lei ordinária ao Município

de Marilena, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com o disposto legal, supracitado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentando através de prerrogativa a competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição da lei estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 271/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a doar lotes de terrenos urbanos ao Município de Marilena.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento da Câmara Municipal.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 17/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3108, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria dizer o seguinte: publicamente, fazer uma reflexão, porque entendo que o requerimento apresentado pela Deputada Rosane Ferreira, traz no seu bojo uma preocupação da Parlamentar em relação a decisão recente do STJ acerca de um réu, que foi processado por conta de ter sido processado como se fosse aliciador de uma menor com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tanto a Deputada Rosane quanto os jornais divulgaram a notícia. E para quem não tem um conhecimento mínimo na área jurídica, vai parecer que o Superior Tribunal de Justiça é a favor da prostituição. Essa é efetivamente a tradução de uma pessoa, que não conseguiu ver a decisão do

STJ. E esta Casa, através da Deputada Rosane Ferreira, propõem o envio de uma manifestação muito respeitosa, mas uma manifestação contra a decisão do STJ, como se o Tribunal estivesse acobertando situações de poder promover a prostituição infantil, ou no caso específico de uma adolescente. E não foi isso que fez o STJ.

Temos no nosso ordenamento jurídico um princípio, que é de agir sempre no princípio da legalidade estrita, ou seja ninguém comete crime se anteriormente não estiver sido estabelecido em lei a conduta que o agente pratica ou promove. E efetivamente, na forma como está positivado naquele caso específico, no caso concreto que o STJ analisou, não se enquadrava a conduta típica daquele agente. Só para poder dizer o seguinte: a manifestação da Deputada Rosane Ferreira é legítima, entendo a preocupação dela. Mas, quero dizer aqui o seguinte: li a decisão do STJ e também tive a curiosidade, também me chamou a atenção. E a decisão do Tribunal em função de um caráter garantista dos direitos que cada um de nós somos portadores.

A decisão não é para promover a aliciamento, ou que se possa na verdade se promover a prostituição de jovens menores de 18 anos. De maneira nenhuma. A decisão é no sentido de dizer o seguinte: que o artigo 244 - A não serve efetivamente para aquela conduta que foi descrita por aquele agente, por aquele réu que foi processado. Foi isso. Senão, daqui a pouco vamos estar achando que temos um Tribunal Superior tão respeitável, Tribunal da Cidadania como é o STJ, um Tribunal que está promovendo uma situação inaceitável para todos nós. Por isso, que faço essa reflexão no sentido que, esta Casa de Leis como Poder Legislativo do Estado do Paraná temos que ter cautela com relação aquilo que decidimos coletivamente e enviamos a um Tribunal Superior deste País aqui. Faço essa reflexão, única e exclusivamente, no sentido de respeitar a opinião da Deputada Rosane Ferreira, mas de prestar aqui estes esclarecimentos.

Era isto muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Para Encaminhar**)

Só quero colocar que:

(Lê):

“O Procurador Geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior, um dos criadores do ECA, afirma que uma modificação no Estatuto foi feita e, 2000 justamente para evitar este tipo de equívoco. Na versão original do documento, de 1990, o arquivo 244-A não existia.

‘Mesmo elas já sendo exploradas anteriormente, isto não dá um salvo-conduto para mantê-las nesta condição. A decisão é contrária à doutrina da proteção integral que rege nossa lei na área da infância.’”

Digo mais, em diversos Estados da Federação estão acontecendo neste momento manifestações com relação a essa decisão do STJ, inclusive, em algumas situações já sendo colocadas que vão levar isso ao STF.

Senão conseguir reverter essa decisão, iríamos levar as câortes internacionais a matéria.

Particularmente, não abro mão dessa correspondência, embora entendo a preocupação de V. Exa. Deputado Romanelli, até para proteger a harmonia dos poderes e a boa relação que nós devemos ter com o STJ, mas o precedente que se abriu com essa decisão foi absurdo. As meninas tinham na época 12 e 13 anos. As meninas eram obrigadas a se prostituírem e já estavam expostas a esse crime por conta de uma série de direitos que não lhe foram assegurados por uma vida toda.

Ainda reforço a situação, acho que não podemos, quando o Brasil todo se manifesta nesta Casa, principalmente, eu, como Presidente da Comissão de Defesa e Direito da Mulher e da Criança, não posso me eximir e me calar.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Diante do questionamento feito pelo Deputado Romanelli e a colocação da Deputada Rosane e o trabalho que ela faz na sua comissão, que merece todo o nosso respeito e até consideração pelo trabalho que ela presta em favor da sociedade do Estado do Paraná, principalmente, em relação, a prostituição infantil.

Vamos por o seguinte: é uma decisão do STJ, solicito a V. Exa. apresento aqui para que esse requerimento seja retirado da Sessão por cinco Sessões, para que possamos ter até um conhecimento melhor da decisão do STJ e, também, com relação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ouçõ com muito respeito o pedido de V. Exa. mas, está em votação o requerimento. Se precisar adiar já conta no nosso Regimento, poderia ter adiado a votação, pedido para discutir, mas nós estamos em processo de votação com o encaminhamento já dado pela autora e pelo eminente Deputado Romanelli.

Portanto vamos votar.

Antes vou ler, por que acho que as pessoas que estão em casa assistindo, não tem noção daquilo que estamos discutindo aqui, embora na minha opinião houve bons esclarecimentos, tanto pelo Deputado Romanelli, como pela autora. Mas a autora Deputada Rosane, é Presidente da nossa Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e do Adolescente.

(Procede à leitura do requerimento).

Está em votação o requerimento.

Pela ordem o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

É um tema que é muito delicado e por óbvio que quando a gente emite uma opinião aqui nesta Casa, há sempre um questionamento. Quero deixar muito claro o seguinte, na questão essencial desse documento, eu concordo com ele. O que eu quero dizer é o seguinte, há uma imensa desinformação, em relação à decisão do STJ. Ele

não está estimulando, não está apoiando, nem acobertando nenhum criminoso que pratica qualquer tipo de abuso sexual contra adolescente. O que o Tribunal está dizendo é que o artigo 244 não se aplica na conduta descrita pelo agente. Não tem precedente perigosíssimo nenhum.

Da minha parte não vou contra o requerimento, cada um vota como se quer, vou me abster nessa votação, porque entendo que essa Casa está cometendo na minha avaliação, não está analisando uma decisão judicial, que é uma decisão passiva de ser revista no próprio âmbito do STJ. Embora tenha que reconhecer que o requerimento da Deputada Rosane, é extremamente bem formulado, é um requerimento respeitoso ao STJ, é uma manifestação. Não esqueçam é uma manifestação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

O apelo que eu faço é que votemos favoravelmente pelo requerimento, até porque questiona muito a função das Comissões Temáticas aqui dessa Casa. Desde que cheguei a esse Poder sempre se questionou a ineficiência de determinadas Comissões Temáticas. Vejo que na qualidade de Presidente da Comissão ela tenha esse direito, é um direito que lhe assiste.

Em segundo lugar concordo em gênero, número e grau com o Deputado Romanelli, mas não podemos descartar o resultado dessa decisão, porque quer gostemos ou não por essa decisão do STJ esses, ou esse cidadão foi inocentado. Isso obviamente abre-se jurisprudência para que outros tantos, investidos de tantas más intenções se façam valer desse mecanismo para serem acobertados dos seus crimes.

Ressalto que os nobre Pares acompanhem a votação pela aprovação do requerimento da nobre Deputada Rosane Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quero dizer o seguinte, se houve por parte da autora de retirar o Requerimento, esta Presidência acata, caso contrário vamos a votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero colocar a minha posição pessoal também. Acho perfeitamente legítima a manifestação da Deputada que é Presidente da Comissão da Mulher, do Adolescente e da Criança.

Aqui não está se tratando de uma discordância no processo da Assembleia Legislativa, não estamos dizendo que não vai se cumprir no Paraná, nós estamos dizendo que a Comissão da Mulher e da Criança e do Adolescente não concorda com essa decisão, porque é precedente? É um precedente. Porque se não existe crime para quem possa praticar um ato sexual com uma criança porque ela

já foi prostituída, então tinha que se ter atestado de virgindade.

Em segundo lugar, se uma casa de tolerância tiver uma menina de 14 ou 15 anos trabalhando na casa de tolerância e ela não foi prostituída lá dentro, quer dizer, pode, não é crime, porque não foi aquela casa que originou o espaço para que ela possa ser prostituída? Não!

Acho que essa decisão é temerária e a manifestação da Assembleia Legislativa do Paraná é mais do que tudo a demonstração de que essa Assembleia não concorda com tal atitude, como essa que no meu ponto de entender é sim uma liberação para que se possa ter relação sexual com menores, porque ela vai alegar que já tinha se prostituído antes, que alguém já tinha feito alguma coisa, daí pode.

A Deputada Rosane, não como Deputada, mas como Presidente da Comissão tem obrigação, até, de manifestar sua discordância. É isto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, no sentido de manifestar, até porque também fiz isso ontem, através da tribuna e entendo da mesma forma como foi colocado pela Deputada Rosane Ferreira e pelo Deputado Caíto Quintana, acho que a interpretação que se deu é justamente àquela que efetivamente tem que se dar. E me manifestarei a favor deste requerimento.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Para Encaminhar)

Apenas para registrar o voto da nossa Bancada do PP, vamos acompanhar a Deputada Rosane Ferreira.

Também presidimos a Comissão dos Assuntos da Criança, Mulher e Adolescente na legislação passada. Gostaria de consignar o voto da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Os Deputados favoráveis votarão com a expressão SIM e os contrários com a expressão NÃO.

Há possibilidade da abstenção, também.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Meu voto é SIM, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE CURI (PMDB)

Sr. Presidente, meu voto é SIM.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas registrando que para efeito de quórum o Deputado Elio Rusch está presente. Ele encaminhou a votação e está constando como quórum.

Vinte e oito Deputados presentes. Vinte e três votam com a expressão SIM e cinco abstenções.

Está **aprovado** o requerimento.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Apenas para agradecer o apoio recebido pelos diversos Parlamentares. Eu sei que esta Casa não poderia, confiando no trabalho de todos, ter-se posicionado de forma diferente. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

Requerimento nº 3118, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3119, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Jonas Guimarães, Felipe Lucas, Chico Noroeste e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3121, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3091 a 3104, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3105, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3107, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3109, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3115 a 3117, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3123 e 3124, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 462/08, 099, 226, 243 e 247/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210 e 249/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 251, 253, 263 e 271/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 189 e 248/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1569/09**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 362, datado de 25/01/06, deste Poder,

R E S O L V E :

- 1 - revogar o Ato da Comissão Executiva nº 1221/08.
- 2 - conceder aposentadoria compulsória a LUIZ COELHO QUEIROZ, a partir de 09/12/05, data em que completou 70 anos de idade, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, matrícula 40273, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBA-01, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 041, de 31/12/03, com proventos mensais e proporcionais ao tempo de contribuição, acrescidos de 03 (três) adicionais, de acordo com o artigo 170 da Lei Estadual nº 6174/70, conforme cálculos de fls. 61, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa, sendo que os proventos serão reajustados com paridade, ou seja, para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas mesmo em face de modificação ou transformação dos cargos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/06/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias****PORTARIA Nº 0140/09**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7066, datado de 27/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SONIA MARA GONÇALVES DE FREITAS, matrícula 40163, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-03, lotada na Diretoria Legislativa, licença sem vencimentos por 02 (dois) anos, nos termos do artigo 240 e seus parágrafos, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23/06/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões**Finanças**

COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori e Professor Lemos. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Senhor Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no Estado do Paraná. Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. O Senhor Presidente solicita ao Deputado Professor Lemos, que proceda a leitura do Parecer. Antes porém, Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença ao Senhor Valdeci Morotti, Vice-Prefeito de Alto Piquiri e do Senhor Sebastião Roberto Cardoso, representante do Conselho Tutelar Regional do Bairro Novo, desta Capital. Com relação ao Parecer, é no sentido de transformar a matéria em diligência junto a SANEPAR. FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 099/09, de autoria da Bancada do PMDB, que dá nova redação a alínea "a" do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15.426, de 30 de janeiro de 2007. (incentivo, beneficiário fiscal). Tem anexos os Projetos de Lei nºs 003 e 095/09. Relator Deputado RENI PEREIRA. Leitura procedida pelo Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Dobrandino da Silva, Elio Rusch e Professor Lemos. Havendo

número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Senhor Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 019/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a forma de inscrição no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO). Relator Deputado ANTONIO BELINATI. Leitura procedida pelo Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 058/09 - Autor Poder Executivo - Mensagem nº 005/09, autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a conceder bolsa-auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em Instituições de Ensino no Estado do Paraná. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 073/09 - Autor Poder Executivo - Mensagem nº 008/09, dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná. (Cria a Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira - CIPOFron). Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 106/09 - Autor Poder Executivo - Mensagem nº 011/09, altera a Lei nº 11.713/07, que trata das Reformulações da Carreira Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES/PR. Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori, Professor Lemos e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Senhor Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Luiz Nishimori solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/09, que concede reajuste geral de 6% (seis por cento) na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias

civil e militar do Poder Executivo. Relator Deputado RENI PEREIRA, esclarece que estão em vigor duas leis que não estão sendo cumpridas devidamente na prática. As leis concederam reajuste salarial para todas as carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, inclusive para os auditores, no percentual de 7,9% (sete vírgula nove) e 5% (cinco), respectivamente. No entanto esses percentuais foram aplicados ao vencimento básico, e bem se sabe que a remuneração dos auditores fiscais é composta, na sua maior parte, por quotas de produtividade, sendo 22% (vinte e dois por cento) da remuneração e as quotas representam 78% (setenta e oito por cento). Neste momento observa-se a necessidade de concessão de índice geral na referência salarial das tabelas de vencimento básico e do Anexo IV da L. C. nº 92/02 para as leis citadas, trazendo assim justiça para a classe dos auditores fiscais no Paraná. A seguir o Presidente coloca o Parecer FAVORÁVEL em votação, sendo o mesmo APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 193/09, de autoria da Mesa Executiva, dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos do Quadro Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dos comissionados simbologia DAS e C ficam reajustados no percentual de 6% (seis por cento), conforme especifica. Relator Deputado ANTONIO BELINATI coloca que esta Casa, recentemente, aprovou matéria encaminhada pelo governador do Estado, a qual obriga as empresas privadas a reajustarem os salários em 15% (quinze por cento), e lamenta pelo governo propor aos servidores públicos apenas 6% (seis por cento). Deputado Elio Rusch comenta que o aumento de 15% (quinze por cento) ao salário mínimo atinge as categorias não sindicalizadas. No entanto, as classes sindicalizadas também estão pressionando para incorporarem este aumento. O Deputado Reni Pereira ressalta que a proposta do governo não caracteriza aumento, mas revisão salarial, conforme determina a Constituição Estadual, e acrescenta que por este motivo não necessita de impacto financeiro. E o Deputado Professor Lemos, conclui que deve ser proposta uma ampla discussão com sindicatos e as categorias, inclusive rever Planos de Cargos e Salários. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 547/08, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, que altera e estende os benefícios da Lei nº 15.758, de 27 de dezembro de 2007, aos créditos de natureza não-tributária, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64. Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Wilson Penka - Secretário

Presidência

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1515

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado recursos ao Município de Sarandi, para a aquisição de um veículo micro-ônibus.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a designação de recursos ao município de Sarandi para aquisição de um veículo micro-ônibus.

Sarandi necessita desse veículo para o atendimento do transporte de moradores que precisam ser transportados para atendimento em centros maiores com mais especializações na saúde.

Apelamos para que a Secretaria da Saúde possa destinar recursos do seu orçamento para o atendimento dessa reivindicação tão importante da comunidade de Sarandi.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1516

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica Sra. Ivelize Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado recursos ao Município de Sarandi, para a construção de um Centro de Educação Infantil.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a designação de recursos ao Município de Sarandi para construção de um Centro de Educação Infantil.

Tal solicitação é feita pela Câmara de Vereadores, por indicação do Vereador Nito, para o atendimento de crianças filhos de moradores que precisam trabalhar, porém, carecem de atendimento especializado para seus filhos.

Apelamos para que a Secretaria de Estado da Educação possa destinar recursos do seu orçamento para o atendimento dessa reivindicação tão importante da comunidade de Sarandi.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1517

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Justiça e da

Cidadania a ampliação do Centro de Detenção Provisória de Maringá para abrigar o desenvolvimento de atividades ocupacionais para os presos.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando ao mesmo a ampliação do Centro de Detenção Provisória de Maringá para abrigar o desenvolvimento de atividades ocupacionais para os presos.

No último dia 02 de março ocorreu uma rebelião no Centro de Detenção Provisória de Maringá - CDP.

São diversas as reclamações, mas o inconformismo principal é a falta de atividades para os presos dentro do presídio.

O CDP de Maringá foi idealizado para atender presos provisórios. Entretanto, a vocação natural do presídio foi alterada com o tempo e estão recolhidos aproximadamente 2/3 de presos condenados (6.3.2009) Eram 650 condenados e apenas 1/3 presos provisórios (6.3.2009), eram 232 os presos provisórios.

Em razão do exposto, da mudança de perfil dos presos no Centro de Detenção Provisória de Maringá, é essencial a criação de espaços para salas de aula para condenados, espaço para celebração de cultos religiosos, oficinas para a realização de cursos, horta, viveiro, enfim, espaços destinados a devolver à sociedade egressos em condições de inserção social.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1518

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde a complementação do número de leitos do Hospital Universitário de Maringá, em caráter de urgência.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo ao mesmo o início de obras para complementar os 300 leitos previstos para o Hospital Universitário de Maringá, em caráter de urgência.

O Hospital Universitário de Maringá foi inaugurado em 28/10/88 e iniciou atividades em 20/01/89 e até a presente data não foi completada a obra de construção daquela instituição.

Conta atualmente com 120 leitos, apesar do planejamento inicial para 300 leitos. São constantes as interpeleções da sociedade em razão da falta de leitos no referido hospital.

A situação se agrava pois a 15ª Regional carece de aparelhamento e atendimento inicial em muitos postos de saúde, obrigando a população a procurar o HU.

Os Municípios vizinhos encaminham os pacientes para o HU agravando a situação de atendimento, haja vista que a instituição realiza 12 mil atendimentos por mês, estimando-se a polarização de um milhão de habitantes na região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1519

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a ampliação do Centro de Educação Infantil Adelaide Dezoti Tonon, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a ampliação do Centro de Educação Infantil Adelaide Dezoti Tonon;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando um número maior de mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1520

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Porto Vitória.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Governador do Estado, para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Porto Vitória.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1521

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Inácio Martins.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Governador do Estado, para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Inácio Martins.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1522

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de União da Vitória uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de União da Vitória, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de União da Vitória.

União da Vitória possui uma população de, aproximadamente, 51.043 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1523

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que

seja destinado ao Município de Quedas do Iguaçu uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Quedas do Iguaçu, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Quedas do Iguaçu.

Quedas do Iguaçu possui uma população de, aproximadamente, 30.181 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1524

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Piraquara uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Piraquara, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Piraquara.

Piraquara possui uma população de, aproximadamente, 80.006 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1525

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto

Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Pitanga uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Pitanga, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Pitanga.

Pitanga possui uma população de, aproximadamente, 34.310 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1526

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Pato Branco uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Pato Branco, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Pato Branco.

Pato Branco possui uma população de, aproximadamente, 66.680 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1527

Autoria do Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto

Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Irati uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Irati, de recursos para a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à Construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Irati.

Irati possui uma população de, aproximadamente, 54.151 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1528

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere aos Secretários de Estado da Educação e da Saúde que determinem que escolas e postos de saúde informem os Conselhos Tutelares sobre casos de atendimento a crianças com suspeita ou vítimas de violência.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado aos Secretários de Estado da Educação e da Saúde que determinem à Direção das Escolas e Postos de Saúde a imediata informação aos Conselhos Tutelares sobre casos de atendimento a crianças com suspeita ou vítimas de violência.

No dia 18 de maio - Dia Internacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, mais uma vez o País se unirá em debates buscando meios de amenizar os problemas envolvendo crianças e adolescentes em risco.

A Assembleia do Paraná integra o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência e não pode ficar fora dessa discussão.

Só há uma forma de encontrar soluções para os graves problemas citados, é apoiar a família, integrar escola, postos de saúde, conselhos tutelares e famílias.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1529

Autoria do Deputado Fernando Scanavaca

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, e à Secretaria de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Alto Paraíso.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja indicado ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Exma. Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a construção de Biblioteca no Município de Alto Paraíso.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação se justifica devido ao fato de que o Município de Alto Paraíso possui população de baixo poder aquisitivo, sem condições de arcar com custos adicionais na educação e formação de seus jovens. A construção da Biblioteca Cidadã, desta forma, representaria grande conquista para aquela comunidade, haja vista a necessidade de ampliar seus espaços culturais.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1530

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Bocaiúva do Sul.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja indicado ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Exma. Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a construção de Biblioteca no Município de Bocaiúva do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Bocaiúva do Sul necessita deste benefício, devido possuir uma população com baixo poder aquisitivo. Sendo que em algumas situações as famílias não possuem condições para custear materiais didáticos aos jovens e as crianças.

Tal solicitação justifica-se, tendo em vista o aprimoramento cultural que proporcionará à comunidade.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, trazendo conhecimento e promovendo cidadania ao referido Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1531

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de Nova Santa Rosa.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Nova Santa Rosa.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município possibilitará atendimento mais ágil na área da Saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais, pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Norberto Pins.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1532

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de Maripá.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Maripá.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município possibilitará atendimento mais ágil na área da saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais,

pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência a Exma. Sra. Prefeita Municipal Jacira Quirino Alves.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1533

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de Pato Bragado.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Pato Bragado.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Pato Bragado possibilitará atendimento mais ágil na área da saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais, pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência a Exma. Sra. Prefeita Municipal Normilda Koehler.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1534

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Marechal Cândido Rondon.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município possibilitará atendimento mais ágil na área da saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais, pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Moacir Luiz Froehlich.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1535

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de Terra Roxa.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Terra Roxa.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município possibilitará atendimento mais ágil na área da Saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais, pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Donaldo Wagner.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1536

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de São José das Palmeiras.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de São José das Palmeiras.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município possibilitará atendimento mais ágil na área da saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais, pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Nelson Brum.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1537

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto, a implantação de 1 (uma) Clínica da Mulher e da Criança no Município de Palotina.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Berguio Martin, e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano Sr. Luiz Forte Neto a

implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Palotina.

A implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município possibilitará atendimento mais ágil na área da saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografias, exames laboratoriais, pediatria, dentre outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, fazendo com que se permita um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher e da Criança, se tornando um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascido.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Gilmar Hinkel.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1538

Autoria do Deputado Caíto Quintana

SÚMULA:

Sugere sejam tomadas providências urgentes para a duplicação da PR 180, n trecho Água Branca - Marmeleiro.

Ao Exmo. Sr. Dr. Rogério Walbach Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

Sejam elaborados providências urgentes no sentido de viabilizar a duplicação de trecho da PR-180, que liga Água Branca a Marmeleiro, no sudoeste do Paraná.

Conforme requerimento do Vereador Maor Prolo Lorenzetti, aprovado pela Câmara Municipal de Marmeleiro, o número de acidentes ocorridos nesse trecho tem crescido assustadoramente, vez que ali há um intenso fluxo de veículos, incluindo carretas e caminhões, bem como motocicletas e bicicletas

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1539

Autoria do Deputado Caíto Quintana

SÚMULA:

Sugere estudos para a inclusão do Município de Francisco Beltrão nos Programas de Construção de Casas Populares do Estado em parceria com a União.

Ao Exmo. Sr. Dr. Rafael Greca de Macedo, DD. Presidente da COHAPAR:

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

Sejam elaborados estudos objetivando a inclusão do Município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do

Paraná, nos Programas de Construção de Casas Populares do Estado, em parceria com a União.

Conforme requerimento do Vereador Ivo Santos, aprovado pela Câmara Municipal de Francisco Beltrão, em levantamento realizado pela Administração Municipal constatou-se existir uma necessidade de 400 moradias sociais, mais de 1 mil e 500 moradias para famílias com renda de até três salários-mínimos mensais.

Conforme divulgação pelos órgãos de imprensa, está sendo lançado pelo Governo Federal um programa de habitação popular, em parceria com os Estados e entendemos viável que uma parcela possa ser direcionada à Francisco Beltrão, para suprir o déficit habitacional.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1540

Autoria do Deputado Caíto Quintana

SÚMULA:

Sugere seja viabilizado o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Mandaguari.

Ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Carlos Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

Sejam tomadas providências urgentes no sentido de viabilizar o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Mandaguari.

Conforme informações recebidas da Câmara Municipal de Mandaguari, o número de policiais que atua hoje no Município é insuficiente para garantir a segurança da população.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1541

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial no atendimento da necessidade de uma patrulha mecanizada para o Município de Moreira Sales.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela Câmara Municipal de Moreira Sales, que nos solicita, por ofício, empenho na busca de recursos financeiros no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a aquisição de uma patrulha mecanizada que atenderá toda a sua área rural e região.

II - O ofício, encaminhado através do nobre Vereador José Valentino Mariano, justifica seu pedido enaltecendo a necessidade premente dos agricultores.

III - É importante destacar, ainda, que o atendimento das necessidades das comunidades rurais representará um benefício para milhares de moradores dos arredores.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1542

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a STER uma atenção especial no atendimento da necessidade de realizar melhorias na BR-157 que liga os Municípios de Roncador e Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela Câmara Municipal de Roncador que por iniciativa da nobre Vereadora Edna Aparecida de Assis Korpan nos solicita, por requerimento, empenho na busca de soluções para a realização de melhorias na BR-157, trecho que liga os Municípios de Campo Mourão e Roncador.

II - Em seu requerimento a nobre Vereadora aponta a necessidade urgente de que se realize, também, o cascalhamento de alguns trechos mais críticos da estrada.

III - É importante destacar, ainda, que esta estrada é de vital importância para a economia de ambos os municípios, pois todo o escoamento da produção agrícola se faz por ela. Em se tratando de Municípios que têm na agricultura sua principal atividade econômica é de suma importância o atendimento rápido e eficaz.

IV - O atendimento destas necessidades atingirá milhares de pessoas e favorecerá o escoamento da safra que se avizinha, possibilitando o crescimento do Município e arredores, trazendo melhoria na qualidade de vida para a nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1543

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a SEIM uma atenção especial no atendimento da necessidade da Construção de um Barracão Industrial para facção de costura no Município de Roncador.

Ao Sr. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela Câmara Municipal de Roncador que por iniciativa da nobre Vereadora Vilma Marteli nos solicita, por ofício, empenho na busca de recursos financeiros para a construção de um barracão industrial para facção de costura e aquisição de máquinas retas industriais, reta refiladeira, prespontadeira, tombada, fechadeira e caseadeira, para o município.

II - Em seu ofício a nobre Vereadora justifica seu pedido enaltecendo que no Município existem algumas associações para realizar os trabalhos de costuras, no entanto estão em sérias dificuldades, pois não possuem as máquinas necessárias para a realização dos trabalhos nem um local apropriado.

III - É importante destacar, ainda, que o atendimento destas necessidades atingirá milhares de pessoas e favorecerá o crescimento do Município e arredores, trazendo melhoria na qualidade de vida de nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1584

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra do Colégio Estadual Santa Helena situado no Município de Santa Helena.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Santa Helena situado no Município de Santa Helena.

O Colégio Estadual Santa Helena possui capacidade de atender até 360 (trezentos e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal Pedro A. Cabral atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam

expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer

Parecer n° 158/09-PG

Protocolo n° 7352/09

Interessado: MARLENE DE BRITO PERRONE

Assunto: Solicitação de Promoções

Sr. Diretor Geral

O presente expediente versa sobre pedido da servidora Marlene de Brito Perrone, matrícula 0222, admitida em 27/11/62, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, NUE-06, lotada na Diretoria Geral desta Casa, que pleiteia as promoções que alega ter direito por ser ocupando do cargo há mais de 05 (cinco) anos:

A promoção do funcionário está regulamentada na capítulo X, artigo 74 e seguintes da Lei n° 6174/70, adotada subsidiariamente pelo Poder Legislativo, e o artigo 34, inciso XX da Constituição Estadual do Paraná, observados rigorosamente os critérios de antiguidade e merecimento, desde que verificada a existência de vagas e não haver cargo excedente.

Assim considerado e de acordo com a informação da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal, às fls. 04 e 04-verso, a requerente não preenche o requisito da antiguidade para a promoção pretendida. E ainda que tal requisito fosse desprezado, o mesmo não poderia ser aplicado à informação de inexistência de vagas imediatamente superior àquela a que pertence a requerente.

Em face de todo o aqui exposto, manifesto-me, SMJ, pelo indeferimento do requerimento, com base nos artigos 75, parágrafo único e artigo 79 da Lei n° 6174/70.

É o parecer, que submete à apreciação de V. Sa., sob censura.

Curitiba, em 19/06/09.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral

Protocolo n° 7352/09

DESPACHO

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) AO DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 22/06/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Diretoria Geral

Contrato para Prestação de Serviços

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO

Convite n° 028/09

Protocolo n° 4547/09

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n° 77.799.542/0001-09, estabelecida à Praça Nossa Senhora da Salete, s/n - Centro Cívico - Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel, doravante denominada como CONTRATANTE e a empresa Editora Tribuna do Norte S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 82.423.096/0001-65, estabelecida no Município de Apucarana - Paraná, na avenida Zilda Seixas do Amaral, n° 4270, neste ato representada pelo Sr. Baltazar Eustáquio de Oliveira, portador da cédula de identidade RG n° 1.458.854, inscrito no CPF/MF sob n° 055.444.409-72, daqui em diante denominada como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Pelo presente instrumento, as partes ajustam e contratam serviços de publicação de matérias jornalísticas de interesse desta Casa de Leis no Jornal Tribunal Norte, esses serviços serão publicados às terças-feiras a domingos, no tamanho de até 318 cm/col. em números de sete (07).

Cláusula Segunda - Vigência Contratual

A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços objeto deste contrato, a partir da data da assinatura deste instrumento até o dia 31/12/09.

Cláusula Terceira - Do Preço

A CONTRATADA perceberá pelos serviços de publicação a importância de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) a qual não sofrerá reajuste até o término do presente contrato.

§ 1º A CONTRATANTE pagará o montante especificado nesta cláusula terceira, após o requerimento ter sido protocolado, juntamente com comprovantes do serviço prestado, em até 30 (trinta) dias.

§ 2º No valor ajustado pelos serviços de publicação, já se encontram inclusos todos os eventuais valores relativos a impostos, taxas e contribuições e todas as demais despesas necessárias para a execução do serviço, objeto do presente contrato. Quando a CONTRATANTE for à responsável tributária pelo recolhimento, fica a mesma autorizada, neste ato, a descontar este valor do preço ajustado e devido.

